

11º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Democracia e Representação: Impasses Contemporâneos

Universidade Federal do Paraná

Curitiba-PR

31 de agosto a 3 de setembro de 2018

Área temática: Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

**A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA NA ACADEMIA BRASILEIRA: UM
MAPEAMENTO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DAS AGENDAS DE PESQUISA
(1998-2017)**

Thaise Kemer / Universidade Federal do Paraná

Alexsandro Eugenio Pereira / Universidade Federal do Paraná

A Análise de Política Externa na academia brasileira: um mapeamento quantitativo e qualitativo das agendas de pesquisa (1998-2017)

Tháise Kemer¹ e Alessandro Eugenio Pereira²

Resumo

O artigo elabora um panorama da pesquisa sobre a subárea das Relações Internacionais denominada Análise de Política Externa (APE) no Brasil no período de 1998 a 2017. Essa subárea busca elucidar o papel de variáveis domésticas na formulação da política externa. Este panorama é elaborado a partir de um mapeamento sobre a APE nos periódicos indexados na base de dados da Scielo e, também, em dois dos principais eventos do Brasil nos quais existem mesas e painéis de Relações Internacionais: os Encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Foram identificados 244 artigos no período de 1998 a 2017, assim distribuídos: (1) na Scielo, foram encontrados 92 artigos na área de APE; (2) nos anais da ABRI, foram identificados 107 trabalhos completos nas áreas temáticas (ATs) selecionadas, entre 2013 e 2017; e (3) nos anais da ABCP, foram sistematizados 45 trabalhos completos das áreas temáticas (ATs) selecionadas, entre 2012 e 2016. Os artigos e trabalhos completos foram analisados e classificados em termos de: (1) recorte temático; (2) recorte geográfico e; (3) métodos e técnicas de pesquisa. Com base na análise dos estudos sobre a APE no Brasil foi possível observar que a temática vem ganhando espaços significativos no debate acadêmico brasileiro, apresenta um caráter notoriamente transversal e interdisciplinar e contempla, ainda que em diferentes graus, variáveis domésticas em suas análises.

Palavras-chave: Análise de Política Externa, Ensino e Pesquisa, Democratização da Política Externa.

Introdução

O presente artigo elabora um panorama da pesquisa sobre a subárea das Relações Internacionais denominada Análise de Política Externa (APE) no Brasil. Esse campo de estudos, cujo propósito é elucidar o papel de variáveis domésticas na formulação da política externa, originou-se nos Estados Unidos nos anos 1950 e vem ganhando crescente relevância no debate acadêmico do Brasil. De fato, a recente aprovação dessa subárea como um dos conteúdos obrigatórios das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Internacionais demonstra sua importância para a academia brasileira.

Embora exista, na atualidade, uma literatura diversificada sobre a evolução da APE nos contextos internacional e brasileiro, um mapeamento de cunho qualitativo e quantitativo desse campo de estudos ainda não foi realizado no Brasil. Assim, o presente artigo elabora um mapeamento sobre a APE no contexto dos periódicos indexados na base de dados da

¹ Doutoranda e Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR). CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1218138061953790>

² Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5016812257747289>

Scielo e, também, em dois dos principais eventos do Brasil nos quais existem mesas e painéis no âmbito das Relações Internacionais: os Encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

Esse levantamento tem duas finalidades principais. A primeira delas é a de compreender a natureza das principais agendas de pesquisa propostas pela academia brasileira no que se refere à APE. Esse entendimento possibilita não apenas obter uma visão mais ampla desse campo de estudos, mas, também, identificar temas e metodologias que podem ser objetos de estudos futuros. A segunda finalidade consiste em aprofundar o debate sobre os principais desafios conceituais e metodológicos da APE no Brasil. Nesse sentido, o presente artigo não tem a pretensão de esgotar o rol dos artigos da Scielo que tratem, ainda que de forma tangencial, da APE. De maneira diversa, o artigo propõe uma metodologia de seleção de publicações da Scielo e de artigos apresentados nos encontros da ABRI e da ABCP que permite identificar e debater o histórico e as tendências de pesquisa dessa subárea das Relações Internacionais.

Nesse contexto, foram encontrados um total de 596 artigos, dos quais 244 relacionados à APE. A distribuição desse universo de artigos foi a seguinte: (1) na Scielo, foram encontrados um total de 257 artigos, entre 1998 e 2017, dos quais 92 na área de APE; (2) nos anais da ABRI, foram encontrados um total de 249 trabalhos completos nas áreas temáticas (ATs) selecionadas, entre 2013 e 2017, dos quais 107 na área de APE e; (3) nos anais da ABCP, foram encontrados um total de 90 trabalhos completos nas áreas temáticas (ATs) selecionadas, entre 2012 e 2016, dos quais 45 na área de APE.

Para operacionalizar a pesquisa proposta, o artigo divide-se em quatro partes, além da introdução e da conclusão. A primeira delas apresenta um resumo sucinto sobre a subárea de Análise de Política Externa e, em seguida, as classificações propostas para classificar o *corpus* de artigos analisado em termos de: (1) recorte temático; (2) recorte geográfico e; (3) de métodos e técnicas de pesquisa.

A segunda parte, por sua vez, centra-se na identificação e na análise dos artigos relacionados à APE que foram publicados no indexador da Scielo. Esse indexador é relevante para compreender as pesquisas acadêmicas no Brasil, haja vista que exige elevado nível de qualidade e consistência na periodicidade das publicações nele presentes e, dessa forma, abriga periódicos da área de Relações Internacionais situados nos estratos mais elevados do Qualis/CAPES.

A terceira e a quarta partes, por sua vez, analisam a APE no contexto dos encontros realizados, respectivamente, pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), entre 2012 e 2016, e pela Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), entre 2013 e 2017. Nesse contexto, a pesquisa identifica os trabalhos que tratam de temas relacionados

à APE, na medida em que utilizem variáveis domésticas para compreender a política externa ou, ainda, que discutam esse subcampo de estudos das Relações Internacionais (RI).

Com base na pesquisa elaborada, o artigo apresenta um debate qualitativo sobre as apresentações e artigos sobre a Análise da Política Externa elaborados em âmbito nacional. Assim, o artigo não apenas evidencia os temas com maior incidência em termos de pesquisa acadêmica, mas, também, debate os principais enfoques analíticos e as principais tendências de pesquisa no âmbito da APE no Brasil.

1. Critérios de classificação dos artigos em matéria de APE

A subárea de Análise de Política Externa surgiu nos Estados Unidos nos anos 1950. Um dos trabalhos seminais dessa subárea foi publicado por Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burton Sapin em 1954 e intitulado “*Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*” (conferir SALOMÓN e PINHEIRO, 2013; MILANI e PINHEIRO, 2013). Nesse artigo, os autores defenderam a necessidade de se analisar o processo decisório de política externa. A análise dos autores estava interessada menos nos resultados da política externa dos Estados e mais na avaliação do processo dinâmico da formação das decisões. Nessa avaliação, as variáveis domésticas seriam analisadas, entre as quais o papel dos atores governamentais e sociais e a dinâmica das instituições políticas nacionais no processo decisório da política externa.

Outras referências importantes dessa subárea seriam os estudos de James Rosenau (1974) e de Graham Allison (1969). Rosenau contribuiu para a tentativa de formação de um campo de estudos de APE intitulado Política Externa Comparada, baseado na análise do comportamento dos Estados e de suas escolhas em matéria de política externa. O artigo de Graham Allison, por sua vez, situa-se na perspectiva de análise do processo decisório da política externa, ao apresentar três modelos alternativos para o estudo desse processo: (1) o *modelo da política racional*, que corresponde à abordagem realista do comportamento dos Estados na política internacional; (2) o *modelo burocrático organizacional*, segundo o qual as ações e as escolhas em matéria de política externa seriam resultantes de organizações que operam segundo modelos regulares de comportamento, e; (3) o *modelo político-burocrático*, baseado na premissa segundo a qual a política externa seria o resultado de processos de barganha entre as burocracias do Poder Executivo. Cada uma delas possuiria preferências e objetivos, e cada ator se comportaria como um jogador dentro da política burocrática. Por isso, as decisões de política externa seriam resultantes das interações entre atores dotados de preferências próprias agindo dentro de organizações dotadas, também,

de suas próprias preferências (ALLISON, 1969). Além dessas duas abordagens, Figueira (2009) destaca, também, o trabalho de Harold e Margaret Sprout, intitulado *Relationship Hypothesis in the Context of International Politics* (1956), no qual os autores sustentam a premissa segundo a qual a mente dos formuladores e decisores de política externa carrega elementos ideológicos, culturais e outros aspectos cognitivos que influenciam o reconhecimento dos problemas e a tomada de decisões.

No Brasil, Milani e Pinheiro (2013) observaram mudanças nas agendas de investigação da Política Externa Brasileira, resultantes de fatos novos que colocaram em xeque a autonomia decisória do Itamaraty. Entre esses fatos, citam o papel do Ministério da Fazenda na negociação financeira internacional e na ação internacional organizada de ministérios e atores subnacionais (MILANI e PINHEIRO, 2013). No artigo, os autores sugerem que a política externa seja interpretada como política pública. Nessa direção, procuram reconhecer que a formulação e a implementação dessa política “se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política” (MILANI e PINHEIRO, 2013, p. 24).

Partindo dessas breves considerações sobre APE, a presente seção apresenta, na sequência, os critérios utilizados para classificar o *corpus* de artigos de APE selecionados para a pesquisa. Assim, são apresentadas as categorias criadas para a sistematização dos artigos no que se refere a: (1) recorte temático; (2) recorte geográfico e; (3) métodos e técnicas de pesquisa. No que se refere ao recorte geográfico, os artigos da Scielo, da ABRI e da ABCP foram classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **Brasil:** artigos sobre a Política Externa Brasileira (PEB); essa categoria exclui estudos de PEB que se voltam a outras regiões geográficas específicas;
- **América do Sul:** inclui artigos sobre relações entre Brasil e países da América do Sul, sobre a região da América do Sul ou da América Latina, países específicos da América do Sul, Mercosul e relações entre Brasil e Mercosul;
- **África:** inclui análises de relações entre Brasil e países africanos e estudos sobre a política externa de países africanos específicos;
- **União Europeia:** inclui artigos tanto sobre países pertencentes à União Europeia³ quanto sobre as relações entre o Brasil e países desse bloco;
- **EUA:** artigos sobre a política externa dos Estados Unidos
- **China:** inclui artigos sobre a Política Externa da China e também sobre a Política Externa do Brasil para a China;
- **Oriente Médio:** inclui artigos sobre a Política Externa de países situados no Oriente Médio e também sobre a Política Externa do Brasil relativamente a países dessa região.

³ Esses estudos incluem análises sobre o Reino Unido, que ainda não concluiu o processo de saída do bloco.

Vale destacar que, além dessas regiões, optou-se pela criação de uma categoria denominada “Outros Recortes” a qual contém estudos que não puderam ser enquadrados nas demais categorias de regiões geográficas. No que concerne ao recorte temático, por sua vez, os artigos foram classificados de acordo com a seguinte tipologia:

- **Atores governamentais:** (a) Presidente da República: artigos nos quais o presidente constitui o tema central da APE; (b) Ministério das Relações Exteriores (MRE): artigos nos quais o MRE constitui o tema central da APE; (c) Poder Legislativo ou Relações entre os Poderes Legislativo e Executivo: análises que destacam o papel do poder legislativo ou sua interação com o Poder Executivo em matéria de política externa; (d) Poder Judiciário: artigos nos quais o Poder Judiciário constitui o tema central da abordagem; (e) Outros atores governamentais: inclui análises sobre outros ministérios, à exceção do MRE, além de agências, departamentos, órgãos governamentais. Entre esses atores, não foram incluídos o MRE, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Presidente da República, os quais foram categorizados de forma específica; (f) Governos subnacionais: análises sobre a atuação de estados e municípios em matéria de política externa;
- **Atores não-governamentais:** inclui análises sobre atores da sociedade civil, como o empresariado e as organizações não-governamentais (ONGs);
- **Ideias:** artigos que analisam o papel das ideias na formulação da política externa;
- **Regimes democráticos:** inclui análises sobre a relação entre regimes democráticos e a formulação da política externa;
- **Partidos políticos e ideologia partidária:** inclui análises sobre o papel de partidos políticos e de ideologias partidárias na formulação de política externa. Para mais informações sobre o tema das ideologias partidárias, ver Carreirão (2006), Tarouco e Madeira (2013) e Amaral e Pinho (2017);
- **Artigo teórico de APE:** artigos que analisam a dimensão teórica e metodológica da APE enquanto campo de estudos;
- **Análises jurídicas:** análises de leis e de normas jurídicas em matéria de APE;
- **Comércio internacional:** artigos de APE no âmbito do comércio internacional ou em matéria de política comercial;
- **Cooperação Sul-Sul:** artigos de APE no âmbito da cooperação Sul-Sul;
- **Integração Regional:** artigos de APE relativos à integração regional;
- **Cooperação em matéria nuclear:** artigos de APE sobre cooperação em matéria nuclear;
- **Saúde:** artigos de APE na área da saúde;
- **Direitos Humanos:** artigos de APE sobre direitos humanos;
- **Meio ambiente:** artigos de APE sobre meio ambiente;
- **Democratização ou Horizontalização da Política Externa:** inclui análises cujo foco seja debater o papel de atores sociais na elaboração da política externa brasileira (LOPES, 2014, p. 505; FARIAS E RAMANZINI JÚNIOR, 2015, p. 7);
- **Diplomacia Pública:** segundo Carlos L. D. Villanova (2017, p. 51), a diplomacia pública “(...) refere-se aos mecanismos utilizados por um ator internacional com o

objetivo de gerenciar o ambiente internacional por meio do engajamento com um público externo”;

- **Opinião Pública:** artigos de APE nos quais é debatida a participação popular em temas de interesse público, segundo a acepção de Andrade (1964). Para mais informações sobre a relação entre opinião pública, ver Faria (2008) e Loureiro *et al* (2015).

Por fim, com relação aos métodos e técnicas de pesquisa utilizadas, elaborou-se uma tipologia de classificação de acordo com as informações disponibilizadas pelos autores. As definições adotadas para essa sistematização foram as seguintes:

- **Análise de discurso:** de acordo com Rocha e Deusdara (2005, p. 307), a análise de discurso propõe “(...) o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, entremeadas pelo contexto ideológico”;
- **Análise de conteúdo:** de acordo com a definição de Bardin (2016, p. 48), consiste em “(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter (...) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”;
- **Análise documental:** inclui pesquisa de arquivo e análise de fontes primárias;
- **Análise de dados:** análise de dados estatísticos e de fontes primárias e secundárias de pesquisa;
- **Análise legal ou de normas:** análise de leis e normas constitucionais em matéria de política externa;
- **Entrevistas:** para mais informações sobre a condução de entrevistas em pesquisas qualitativas, ver Duarte (2009);
- **Estudo de caso:** estudo da política externa de um país, tema ou ator em particular. Para mais informações sobre o método de estudo de caso, ver Gerring (2009);
- **Identificação de variáveis:** identificação de variáveis de análise.
- **Método comparado:** segundo Boix e Stokes (2009, p. 544), é um método que busca elaborar desenhos de pesquisa capazes de possibilitar o teste de proposições teóricas. Para mais informações sobre o método comparado, ver Ragin (2009);
- **N/A:** não aplicável. Utilizada para casos nos quais a metodologia não foi informada pelos autores.
- **Revisão bibliográfica:** revisão de literatura especializada sobre o tema em análise;
- **Survey:** consiste na utilização de questionários eletrônicos com vistas à coleta de dados para pesquisa ou à análise de dados provenientes de *surveys* realizados por outros pesquisadores;
- **Pesquisa exploratória:** segundo Froemming (2000, p. 204), consiste em: “(...) aprofundar conceitos preliminares, muitas vezes inéditos, buscando a geração de ideias ou *insights*. Seu objetivo básico é desenvolver hipóteses e proposições que irão redundar em pesquisas complementares”;

- **Process tracing:** é definido por Bril-Mascarenhas, Maillet e Mayaux (2017, p. 660) como “a busca sistemática de um processo causal dentro de um mesmo caso”⁴.

Com base nessas classificações, as seções seguintes apresentam, respectivamente, os artigos da Scielo, da ABRI e da ABCP e suas classificações em termos dos recortes geográfico, temático e de métodos e técnicas de pesquisa. Assim, esse procedimento de sistematização dos artigos permite tanto a verificação de tendências de pesquisa no contexto dos artigos em matéria de APE quanto o estabelecimento de bases comparativas entre os eventos da ABRI e da ABCP.

2. O fortalecimento da APE na Scielo (1998-2017)

A presente seção apresenta o mapeamento qualitativo e quantitativo relativo à Análise de Política Externa (APE), no contexto dos artigos indexados na Scielo. Esse mapeamento foi realizado em novembro de 2017 e contemplou artigos entre os anos de 1998 e 2017. Nesse contexto, a metodologia adotada para a seleção e a categorização de artigos consistiu em três etapas. A primeira etapa consistiu na seleção de artigos por meio da utilização de palavras-chave relacionadas à APE⁵, de forma a identificar o conjunto de artigos da Scielo relacionados à APE. A segunda etapa consistiu na leitura dos textos, de forma a identificar duas categorias de artigos: (1) “trabalhos relacionados à APE”, caso o foco principal dos estudos esteja na relação entre variáveis domésticas e a política externa ou, ainda, se os estudos discutirem textos e autores que tratem especificamente da APE; e (2) “trabalhos não relacionados à APE”, para os casos nos quais as variáveis domésticas ou a literatura sobre APE não assumam centralidade na análise. Por fim, a terceira etapa consistiu na criação de um banco de dados dos artigos selecionados, identificando suas temáticas principais, metodologias utilizadas e seus recortes geográfico e temporal. Com base nessas três etapas metodológicas, as palavras-chave utilizadas na base da Scielo permitiram a identificação de um conjunto de 257 artigos, entre 1998 e 2017, dos quais 92 artigos foram categorizados como sendo “trabalhos relacionados à APE”. As referências bibliográficas dessas 92 publicações estão listadas ao final do presente artigo.

⁴ Tradução dos Autores. Original em espanhol: “(...) *rastreo sistemático del proceso causal dentro de un mismo caso*” (BRIL-MASCARENHAS, MAILLET E MAYAUX, 2017, p. 660).

⁵ A pesquisa utilizou um total de vinte palavras-chave distintas, de forma a avaliar termos correlacionados com as expressões “política externa” e “análise de política externa”, em português e inglês. Assim, as palavras-chave em português utilizadas na pesquisa foram: Política externa; Análise de política externa; Política externa brasileira; Política externa do Brasil; Política externa do governo Lula; Política Externa dos Estados Unidos; Política Externa Afirmativa; Política externa da Rússia; Política externa norte-americana; Política Externa argentina; Política Externa dos Estados Unidos; Política externa Comparada; Política Externa e de Segurança Comum; Política externa Chinesa; Política Externa do México; Política Externa da Primeira República. As palavras-chave em inglês utilizadas na pesquisa foram: *Foreign policy; Brazilian Foreign Policy; Foreign Policy Analysis; Foreign Policy in Latin America.*

Os artigos da Scielo, cujos idiomas podem ser o português, o espanhol e o inglês, foram elaborados por autores de nacionalidades variadas. Assim, a seleção proposta abrange não apenas trabalhos de autores brasileiros, mas, também, o debate mais amplo que se faz presente nos periódicos de circulação nacional na área das RI. Assim, a Tabela 1 apresenta a distribuição anual dos trabalhos relacionados à APE na base da Scielo, entre 1998 e 2017:

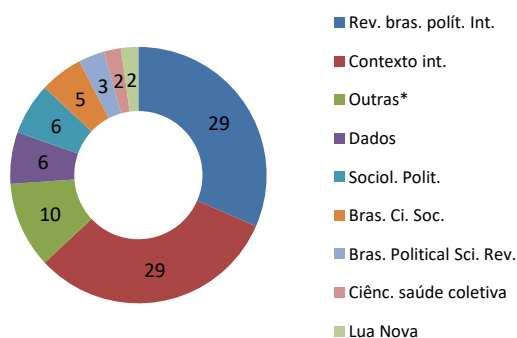
Tabela 1: Distribuição anual de trabalhos relacionados à APE na Scielo (1998-2017)

Período	Número de Artigos na Scielo
1998-2002	5
2003-2007	11
2008-2012	25
2013-2017	51
Total	92

Elaboração: Os Autores.

A Tabela 1 evidencia que a quantidade de artigos na temática da APE pode ser equiparada a uma progressão geométrica. De fato, entre 1998 e 2017, o número de artigos de cada quinquênio praticamente dobrou com relação ao quinquênio precedente. Assim, esses dados evidenciam um crescente interesse por parte de pesquisadores com trabalhos no Brasil com o papel das variáveis domésticas em matéria de política externa. Nesse contexto, o Gráfico 1 revela que esse interesse está presente em diferentes periódicos de circulação nacional, ainda que exista uma concentração expressiva de trabalhos relativos à APE na *Revista Brasileira de Política Internacional* e na *Contexto Internacional*:

Gráfico 1: Artigos sobre APE por Periódicos na Scielo (1998 - 2017)⁶



Elaboração: Os Autores. **Legenda:** *A categoria Outras contempla 10 periódicos distintos, a saber: Opinião Pública, Cadernos CRH, Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Novos estudos – CEBRAP, Revista Brasileira de Ciência Política, Revista de Direito GV, Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo Perspectivas Sequência (Florianópolis) e História.

⁶ O Gráfico foi elaborado considerando um total de 92 artigos identificados com a APE.

A diversidade de periódicos nos quais foram publicados artigos relacionados à APE guarda relação com o caráter interdisciplinar dessa temática. Assim, ao dialogar com diferentes áreas do conhecimento, a APE constitui ferramenta útil para viabilizar novas formas de compreensão da política externa de um determinado país.

Em conjunto com a análise dos periódicos, os artigos da Scielo foram categorizados em termos de seus recortes geográfico e temático. No que concerne ao recorte geográfico, a Tabela 2 demonstra a quantidade de artigos na Scielo por região geográfica presente na análise:

Tabela 2: Artigos da Scielo por regiões geográficas

Regiões	Número de Artigos na Scielo
Brasil	52
América do Sul	21
Outros recortes ¹	10
África	4
União Europeia	1
EUA	2
Brasil e China	1
N/A	1
Total	92

Elaboração: Os Autores. **Legenda:** (1) Outros Recortes incluem, estudos sobre o México, Cuba, Rússia, Turquia, países do Oriente Médio, relações entre o Brasil e os grupo IBAS e CPLP e o recorte geográfico das Américas.

A Tabela 2 evidencia que a maior parte dos artigos presentes em periódicos indexados na Scielo concentrou-se no estudo da formulação da Política Externa Brasileira (PEB) para temáticas específicas (52 artigos). Esses 52 artigos não incluem estudos de APE voltados à PEB para outra região geográfica, os quais foram agrupados em rubricas específicas. Nesse sentido, foram identificados 21 artigos que relacionam a APE ao entorno regional do Brasil, por meio de estudos de APE: (1) em países específicos, como a Argentina (SAUERBRONN, 2009; BUSSO, 2016), o Chile (PINHEIRO, 2008; RIBEIRO, 2009) e a Venezuela (ROMERO, 2016); (2) nas relações bilaterais do Brasil com seus vizinhos, com predominância dos estudos de APE nas relações de Brasil e Argentina (SPEKTOR, 2002; LUSTIG e OLEGO, 2016; MALACALZA, 2016; MOURON *et al.*, 2016) e; (3) de estudos sobre APE no âmbito regional da América do Sul (ONUKE e OLIVEIRA, 2006; VILLA, 2006; FELIÚ e ONUKE, 2014; LOPES e FARIA, 2016; LOPES *et al.*, 2016; ONUKE *et al.*, 2016; RIBEIRO e PINHEIRO, 2016).

Os demais trabalhos apresentaram ênfases em distintas regiões geográficas, ainda que em menor escala do que a concentração de estudos relativos ao Brasil e a seus vizinhos. Destaca-se, nesse contexto, o reduzido número de trabalhos de APE relativos a potências internacionais, como sobre o contexto específico dos Estados Unidos (SANTOS e TEIXEIRA, 2015; COPE, 2016) e sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a China

(CARDOSO, 2016). Em particular, ainda que o regime político chinês possa ser percebido como um óbice à elaboração de estudos de APE, o estudo de Cardoso (2016) demonstra que a formulação da PEB para a China pode, ainda, ser amplamente explorada no contexto da Análise de Política Externa.

No que se refere aos temas tratados pelos artigos relacionados à APE e presentes na base Scielo, a Tabela 3 apresenta uma lista de temas mais frequentes no contexto desses artigos, contemplando apenas temas que tiveram, no mínimo, três recorrências. Para elaborar essa classificação, cada artigo foi associado a até quatro temas distintos, de forma que as quantidades apresentadas na Tabela 3 se referem à frequência de cada tema:

Tabela 3: Temas da APE no Brasil na Scielo (1998-2017)

Tema relacionado à Política Externa	Artigos na Scielo (1998-2017)
<ul style="list-style-type: none"> • Democratização ou Horizontalização da Política Externa • Poder Legislativo ou Relações entre os Poderes Legislativo e Executivo 	11
<ul style="list-style-type: none"> • Comércio internacional 	10
<ul style="list-style-type: none"> • Ministério das Relações Exteriores • Outros atores governamentais 	9
<ul style="list-style-type: none"> • Ideias • Atores não-governamentais 	8
<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação Sul-Sul • Integração Regional 	7
<ul style="list-style-type: none"> • Opinião Pública 	6
<ul style="list-style-type: none"> • APE (artigo teórico) • Regimes democráticos • Partidos políticos e ideologia partidária 	5
<ul style="list-style-type: none"> • Análises jurídicas • Saúde 	4
<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da República 	3

Elaboração: Os Autores.

A análise da Tabela 3 evidencia a elevada frequência de estudos voltados à compreensão da democratização da agenda de política externa de um determinado país (DE FARIA, 2012; LOPES, 2014; FARIAS, 2015; BUSSO, 2016; CAPUCIO, 2016; CARDOSO, 2016; LOPES e FARIA, 2016; POMEROY, 2016; LIMA, 2017; PITTAS, 2017; WAISBICH *et al.*, 2017). No presente artigo, a democratização da política externa pode ser compreendida a partir da explicação de Lopes (2014, p. 505), segundo o qual ela está relacionada a uma pluralidade de atores sociais, os quais atuam, de formas distintas, para a elaboração da política externa brasileira. Segundo Farias e Ramanzini Júnior (2015, p. 7), a horizontalização da política externa, por sua vez, refere-se à democratização da arena política, tanto com relação ao aumento do engajamento de atores políticos governamentais quanto de cidadãos na formulação da política externa.

Com base nessas definições conceituais, é possível afirmar que uma das temáticas mais recorrentes em matéria de APE nos artigos indexados na Scielo recai, precisamente, sobre os estudos das dinâmicas de democratização ou de horizontalização da participação de atores domésticos na formulação da política externa, discutindo a existência e os limites dessas dinâmicas. No caso dos estudos sobre o Brasil, diferentes autores problematizam esse movimento de inclusão e de exclusão de novos atores na PEB e, nesse contexto, avançam e atualizam o debate proposto por Cheibub (1985) sobre o insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores (FARIA, 2012; LOPES, 2014; FARIAS e RAMANZINI JÚNIOR, 2015).

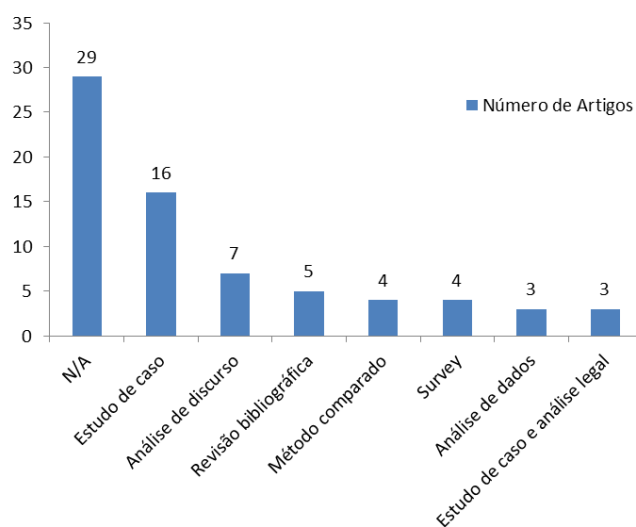
Além dos estudos de APE relacionados ao debate sobre a democratização da política externa, foram observados, também, uma concentração de estudos voltados ao debate sobre o papel de atores governamentais e não-governamentais específicos em matéria de política externa. No que concerne aos atores governamentais, destacam-se o Poder Legislativo (NEVES, 2003; PINHEIRO, 2008; RIBEIRO et al., 2009; SAUERBRONN, 2009; FERREIRA, 2010; ANASTACIA et al., 2012; DINIZ, 2012; FELIU e ONUKI, 2014; COPE, 2016; RIBEIRO e PINHEIRO, 2016; REGO, 2017), o Ministério das Relações Exteriores (CASTELAN, 2010; FILGUEIRA, 2010; CASARÕES, 2012; DE FARIA, 2012; FARIA et al., 2012; SCHENONI, 2012; FARIA e RAMANZINI JÚNIOR, 2015; CARDOSO, 2016; LOPES, 2016) e o Presidente da República (RICUPERO, 2010; SCHENONI, 2012; RIBEIRO e PINHEIRO, 2016). No que se refere aos atores não-governamentais, observa-se que esses vêm assumindo crescente protagonismo nos estudos de APE, a exemplo dos trabalhos que contemplam o papel de atores como o empresariado (MORAES, 2002; CASTELAN, 2016; PUERARI, 2016; REGO e FIGUEIRA, 2017) e outros agentes da sociedade civil (OLIVEIRA et al, 2012; ROA, 2015; MALAMUD, 2016). Assim, uma parcela expressiva dos artigos coletados na Scielo evidencia o crescente debate em torno da natureza e do papel dos atores responsáveis pela formulação da agenda da política externa.

Nesse contexto, a Tabela 3 evidencia que a maior parte dos estudos em APE recai na temática do comércio internacional (10 artigos), embora haja uma diversidade de outros temas bastante explorados no contexto dos artigos analisados, entre os quais o papel das ideias (oito artigos), da cooperação Sul-Sul (7 artigos), da integração regional (7 artigos) e dos partidos políticos e ideologia partidária (5 artigos) para a formulação da política externa. O conhecimento dos temas de maior recorrência no contexto dos artigos analisados é relevante para promover o avanço do campo de APE no Brasil. De fato, conforme Duarte e Lima (2017, p. 3), diferentes temas (*issue areas*) da PEB apresentam características peculiares no que concerne a, por exemplo: (1) a *expertise* técnica necessária para participar de seus debates; (2) o poder do setor privado e; (3) a capacidade de participação

da sociedade civil. Assim, o mapeamento de áreas temáticas em APE constitui importante instrumento para identificar nichos temáticos de relevo para a política externa e que vêm sendo relativamente pouco explorados no contexto dos periódicos analisados.

Ainda assim, faz-se necessário observar não apenas os principais temas, atores e agendas que são objetos de estudo no contexto dos artigos da Scielo, mas, também, os instrumentos analíticos utilizados para elaborar os artigos em estudo. Nesse contexto, o Gráfico 2 apresenta uma distribuição dos métodos e técnicas que foram mais utilizados no conjunto dos 92 artigos analisados:

Gráfico 2: Métodos e Técnicas de artigos na Scielo em APE (1998-2017)



Elaboração: Os Autores.

Os dados apresentados no Gráfico 2 evidenciam que a maioria dos estudos não explicita a metodologia adotada para a pesquisa. Embora cinco estudos tenham um caráter eminentemente teórico, conforme demonstrou a Tabela 3, outros estudos voltaram-se à análise de dados empíricos e documentais sem, no entanto, apresentar os instrumentos e técnicas de pesquisa utilizados. Ainda no Gráfico 2, verifica-se que o principal método de pesquisa utilizado é o estudo de caso, o que pode ser relacionado à necessidade de compreender a APE em contextos e temas específicos. Por fim, deve-se destacar uma crescente ênfase, a partir de 2015, na utilização de *surveys* para elaborar estudos de APE (LOUREIRO *et al.*, 2015; GOMES e PEREZ, 2016; LUSTIG e OLEGO, 2016; ONUKI e MOURON, 2016; MOURON *et al.*, 2016). Esse fato traduz, em termos metodológicos, a crescente preocupação da academia brasileira com os debates sobre a temática da democratização da política externa, a qual vem acompanhada da necessidade de analisar, em termos empíricos, o papel da sociedade civil nesse contexto.

Assim, a presente seção demonstrou que os estudos de APE no contexto dos periódicos de RI indexados na Scielo não apenas estão se tornando mais numerosos, mas,

também, buscam avançar a compreensão sobre os diferentes atores e temas de pesquisa em política externa. Nesse contexto, o tema da democratização posiciona-se de forma central no contexto da APE que vem sendo objeto de pesquisas e de publicações na Scielo. Dessa forma, a próxima seção amplia esse debate, por meio da análise dos trabalhos apresentados na ABRI e na ABCP, o que permitirá ampliar o universo dos trabalhos analisados com dados relativos à produção da academia brasileira em matéria de APE.

3. A consolidação da APE na ABRI (2013-2017)

A presente seção apresenta o mapeamento qualitativo e quantitativo relativo à Análise de Política Externa (APE) no contexto dos trabalhos apresentados na ABRI. No que concerne à metodologia adotada para a seleção dos trabalhos, três etapas foram realizadas: (1) identificação das Áreas Temáticas (ATs) relacionadas à APE nos Encontros da ABRI, entre 2013 e 2017; (2) organização de uma base de dados com informações sobre os artigos que foram disponibilizados integralmente no sítio institucional dessa Associação e; (3) classificação dos artigos de acordo com seu recorte geográfico, temático e metodológico. Com base nessa metodologia, foram analisados os eventos da ABRI que ocorreram em 2013, 2015 e 2017. Em 2013, a análise centrou-se na Área Temática (AT) “Política Externa” e, nos anos subsequentes, a AT selecionada foi a de “Análise de Política Externa”, pois, a partir de 2015, a ABRI criou uma AT voltada para a APE⁷. Os trabalhos completos presentes nos Anais da ABRI totalizam 249 artigos, dos quais 107 tratam de temas relacionados à APE, pois utilizaram variáveis domésticas para compreender a política externa ou, ainda, discutiram as bases teóricas desse tema. Nesse contexto, a Tabela 4 evidencia a distribuição anual de trabalhos relacionados à APE que foram apresentados em eventos da ABRI:

Tabela 4: Distribuição anual de trabalhos relacionados à APE na ABRI

Ano	Área Temática (AT)	Nº. Total de Papers por AT	Nº. de Papers de APE por AT	% de Papers de APE nas ATs da ABRI analisadas
2013	Análise de Política Externa	118	36	30%
2015	Política Externa	85	49	57%
2017	Política Externa	22	22	48%
Total		249	107	43%

Elaboração: Os Autores.

⁷ A presente pesquisa não localizou, no site da ABRI, uma descrição sobre as diferenças entre as áreas temáticas.

Os dados da Tabela 4 evidenciam que, em termos relativos, é possível observar a ampliação do número de trabalhos relacionados à APE entre os encontros de 2013 e 2017, fato que é similar à tendência de aumento das publicações da Scielo nessa temática. Assim, verifica-se um contexto de crescente diversificação dos estudos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação no Brasil e que foram apresentados na ABRI no sentido de explorar, em termos analíticos, o papel de variáveis domésticas para a formulação da política externa. Nesse contexto, a Tabela 5 evidencia a distribuição dos trabalhos de acordo com seus recortes geográficos:

Tabela 5: Regiões geográficas dos trabalhos de APE na ABRI⁸

Regiões	Número de Artigos na ABRI
Brasil	37
América do Sul	17
Outros recortes ¹	16
África	12
Estados Unidos	11
China	5
União Europeia	4
Oriente Médio	3
N/A	2
Total	107

Elaboração: Os Autores. **Legenda:** (1) Outros recortes: inclui recortes variados, como, por exemplo, estudos sobre a Índia, sobre as relações entre o Brasil e a CPLP e relações entre Brasil e Canadá.

Os dados da Tabela 5 evidenciam que os trabalhos apresentados na ABRI se concentram, de forma predominante, em análises da PEB (37 artigos, ou 34% dos artigos da ABRI relacionados à APE) e do entorno regional do Brasil (17 artigos, ou 16% dos artigos da ABRI relacionados à APE). Esse resultado é compatível com os recortes geográficos mais utilizados no contexto dos artigos da Scielo, nos quais predominam as análises voltadas à compreensão do Brasil e de seus vizinhos. Outro destaque importante são os trabalhos dedicados ao continente africano, haja vista que 12 artigos concentraram suas análises nas relações entre o Brasil e países africanos ou, ainda, na política externa de países africanos específicos.

Além disso, as análises centradas na política externa dos Estados Unidos e sobre a China estão mais presentes no contexto dos trabalhos apresentados na ABRI, pois, somadas, essas regiões representam 15 artigos em um universo de 107, ou cerca de 14%, ao passo que, no contexto dos artigos da Scielo, as duas regiões representam 3 artigos em um grupo de 92, ou cerca de 3%. Dessa forma, a análise combinada dos recortes geográficos dos artigos da Scielo e dos trabalhos da ABRI demonstra que: (1) tanto a ABRI quanto os artigos da Scielo indicam a ênfase dos trabalhos de APE no Brasil na PEB e na

⁸ A tabela contempla artigos apresentados nos anos de 2013, 2015 e 2017.

América do Sul; (2) se, por um lado, existem poucos artigos da Scielo relacionados à APE nos casos da China e dos EUA, por outro, essas regiões são exploradas de forma mais significativa no contexto de apresentações em encontros da ABRI.

No que se refere aos temas tratados pelos artigos relacionados à APE e apresentados na ABRI, a Tabela 6 apresenta uma lista dos assuntos mais frequentes nesses artigos, contemplando apenas aqueles que tiveram, no mínimo, três recorrências. Para elaborar essa classificação, cada artigo foi associado a até quatro temas distintos, de forma que as quantidades apresentadas na Tabela 6 se referem à frequência de cada tema:

Tabela 6: Temas da APE no Brasil na ABRI (2013-2017)

Tema relacionado à Política Externa	Frequência em <i>Papers</i> na ABRI (2013-2017)
• Atores não-governamentais	33
• Outros atores governamentais	25
• Governos subnacionais	14
• Ideias	12
• Ministério das Relações Exteriores	11
• Presidente	
• Cooperação Sul-Sul	10
• Integração Regional	7
• Poder Legislativo e Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo	7
• Democratização ou Horizontalização da Política Externa	6
• Partidos políticos e ideologia partidária	5
• Opinião pública	4
• Meio ambiente, Saúde, Diplomacia Pública, Direitos humanos e Cooperação em matéria nuclear	3

Elaboração: Os Autores.

O primeiro dado que se destaca nos artigos da ABRI é a elevada frequência de estudos sobre o papel de atores não-governamentais na elaboração da política externa brasileira, entre os quais: (1) empresas brasileiras, como nos ramos da construção civil, como a Odebrecht e a Camargo Corrêa; (2) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI); (3) sindicatos; (4) *think tanks* e; (5) a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Além dos atores não-governamentais, os atores governamentais - aqui entendidos como o conjunto de ministérios, agências, departamentos e órgãos governamentais - também foram mencionados 25 vezes no contexto dos trabalhos apresentados na ABRI. A categoria de atores governamentais não inclui estudos cujo foco específico seja o MRE, os Poderes Legislativo e Judiciário ou o Presidente da República, os quais, embora pertençam à estrutura estatal, foram categorizados em rubricas específicas, de forma a permitir a melhor compreensão sobre os atores mais estudados. Assim, entre os atores governamentais analisados nos artigos

apresentados na ABRI, encontram-se, por exemplo, a Agência de Representação Comercial dos Estados Unidos (*Unite States Trade Representative*, USTR) e no Brasil, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Tabela 6 evidencia também que, nos trabalhos apresentados na ABRI, houve ênfase no debate sobre o papel do MRE e do presidente da República para a condução da política externa (11 artigos). Na categoria temática sobre o papel do presidente, foram incluídos, também, os trabalhos que discutiram o conceito de diplomacia presidencial, o qual é descrito por Sérgio Danese não apenas como um instrumento relevante para a promoção dos interesses nacionais no exterior, mas também como: "(...) um fenômeno político que obedece também a uma intensa lógica extradiplomática, ligada ao papel e ao projeto político internos do presidente" (DANESE, 2017, p. 33). Ainda no contexto dos atores estatais, o Poder Legislativo e as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo constituíram o objeto de análise em 7 artigos, ao passo que o Poder Judiciário não consta no rol de temas da Tabela 6, por ter sido problematizado em apenas um dos trabalhos da ABRI.

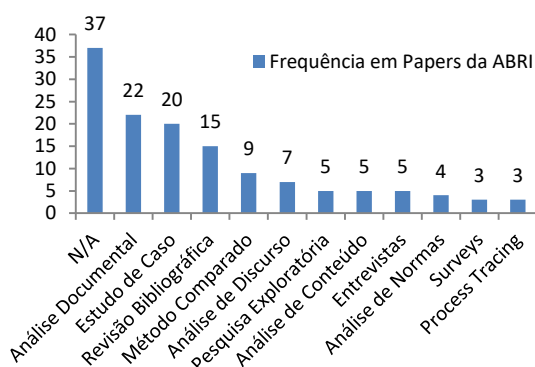
O terceiro tema mais citado na Tabela 6, por sua vez, foi o papel dos governos subnacionais em matéria de política externa, como, por exemplo: (1) os governos subnacionais fronteiriços do Mercosul; (2) o papel das Mercocidades⁹ para o aprofundamento da integração regional do Mercosul; a atuação internacional dos estados norteamericanos; (3) casos de cidades específicas, como São Paulo e Uberlândia, no Brasil, e de Toronto, no Canadá. Deve-se ressaltar, também, que, embora esses trabalhos problematizem, ainda que indiretamente, o tema da democratização e da horizontalização da política externa, a Tabela 6 evidencia que 7 artigos da ABRI optaram por trabalhar especificamente esses temas, com vistas a explorar e a discutir seus limites e implicações práticas.

No que se refere aos demais temas tratados na Tabela 6, verifica-se que: (1) em 5 trabalhos, discute-se o papel do partido ou da ideologia partidária⁶ na condução da política externa; (2) em 4 trabalhos, discute-se o papel da opinião pública na formação dessa política e; (3) em 3 trabalhos, são problematizadas questões de política externa no âmbito de áreas específicas (*issue areas*), como meio ambiente, saúde, diplomacia pública, direitos humanos e cooperação em matéria nuclear. Assim, a análise temática dos trabalhos da ABRI evidencia os esforços dos estudantes e pesquisadores de RI do Brasil no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o papel dos atores domésticos na formulação da política externa, utilizando, para tanto, análises sobre temas variados. Dessa forma, verifica-se que,

⁹ Mercocidades é uma rede de cooperação formada por 341 cidades de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Colômbia e Peru, com vistas a avançar o processo de integração regional do Mercosul (MERCOCIDADES, 2018).

assim como no caso dos artigos da Scielo, os trabalhos concentram-se não apenas nos diferentes atores governamentais que contribuem para a formulação da agenda externa, mas, também, na atuação internacional de atores não-governamentais, como empresas e entidades organizadas da sociedade civil. Para viabilizar essas análises, verifica-se que diferentes técnicas e estratégias metodológicas foram adotadas, conforme evidencia o Gráfico 3:

Gráfico 3: Métodos e técnicas utilizados em *papers* sobre APE apresentados na ABRI (2013-2017)



Elaboração: Os autores.

O Gráfico 3 evidencia que, embora os artigos apresentados na ABRI entre 2013 e 2017 utilizem uma diversidade significativa de métodos e técnicas, a maioria desses artigos não explicitou os procedimentos ou os instrumentos utilizados para suas pesquisas. De fato, a explicitação do método ou técnica utilizados para a elaboração de pesquisas não constitui, necessariamente, pré-requisito para publicação de artigos em periódicos da Scielo, conforme demonstrou-se no Gráfico 2. Ainda assim, entende-se que a apresentação dos métodos utilizados nas pesquisas em RI constitui prática importante tanto para estimular o aprendizado metodológico em RI quanto para aprimorar o campo de estudos da APE no Brasil.

Assim, com vistas a complementar as análises das seções 1 e 2, inclusive do ponto de vista metodológico, a terceira seção verifica a natureza dos trabalhos de APE publicados no contexto da ABCP, entre 2012 e 2016. Nesse contexto, da mesma forma que a apresentação feita para os artigos da ABRI, são analisados tanto os recortes geográfico e temático quanto os métodos e técnicas de pesquisa mais recorrentes naquela associação.

4. O fortalecimento da APE na ABCP (2012-2016)

De forma análoga à análise que foi elaborada para a ABRI, a presente seção apresenta o mapeamento qualitativo e quantitativo referente à Análise de Política Externa

(APE) no contexto dos trabalhos apresentados na ABCP. A metodologia adotada para a seleção dos trabalhos em APE seguiu procedimento semelhante ao da seção precedente e consistiu em três etapas: (1) identificação das Áreas Temáticas (ATs) relacionadas à APE nos Encontros da ABCP, entre 2012 e 2016; (2) organização de uma base de dados com informações sobre os artigos que foram disponibilizados integralmente no sítio institucional da ABCP; (3) classificação dos artigos de acordo com seu recorte geográfico, temático e metodológico. No caso dos Encontros da ABCP, foram analisados os eventos ocorridos em 2012, 2014 e 2016. Os trabalhos completos presentes nos Anais da ABCP totalizam 90 artigos, dos quais 45 tratam de temas relacionados à APE. A análise centrou-se na AT: (1) de “Relações Internacionais”¹⁰, em 2012; (2) de “Estudos de Política Externa”¹¹ e de “Política Internacional”¹², em 2014 e; (3) de “Política Externa” e de “Política Internacional”, em 2016. Essas escolhas justificam-se porque, em 2014, a AT de Relações Internacionais deixou de existir e deu lugar às ATs de “Política Externa” e de “Política Internacional”, e, em 2016, a AT de “Estudos de Política Externa” passou a ser chamada de “Política Externa”, mas sua proposta de trabalho não foi modificada (ABCP, 2018a).

Os trabalhos completos presentes nos Anais da ABCP totalizam 90 artigos, dos quais 45 tratam de temas relacionados à APE, pois utilizaram variáveis domésticas para compreender a política externa ou, ainda, discutiram as bases teóricas desse tema. Nesse contexto, a Tabela 7 evidencia a distribuição anual de trabalhos relacionados à APE que foram apresentados em eventos da ABCP:

Tabela 7: Distribuição de trabalhos relacionados à APE na ABCP (2012-2016)

Ano	Área Temática (AT)	Nº. Total de Papers por AT	Nº. de Papers de APE por AT	% de Papers de APE nas ATs da ABCP analisadas
2012	Relações Internacionais	24	8	33%
2014	Estudos de Política Externa	19	15	54%
	Política Internacional	18	5	
2016	Política Externa	17	11	58%
	Política Internacional	12	6	
Total		90	45	50%

Elaboração: Os Autores.

¹⁰ A descrição sobre a AT de Relações Internacionais não foi localizada no site da ABCP.

¹¹ Segundo o site da ABCP (ABCP, 2018a), a AT de Política Externa recebe trabalhos sobre variados temas relacionados à política externa de governos específicos. Nesse sentido, destaca-se que a utilização do “instrumental teórico-conceitual da subdisciplina Análise de Política Externa é bem-vinda, mas não indispensável” (*idem*).

¹² A AT de Política Internacional foi criada com o propósito de receber trabalhos sobre Organizações internacionais e Integração Regional, Conflitos e segurança internacionais e Atores transnacionais e temas globais (ABCP, 2018b).

Os dados da Tabela 7 evidenciam que, de forma similar aos encontros da ABRI, é possível observar, na ABCP, a ampliação relativa do número de trabalhos relacionados à APE, entre 2012 e 2016. Nesse contexto, a Tabela 8 evidencia a distribuição dos trabalhos de acordo com seus recortes geográficos:

Tabela 8: Regiões geográficas dos trabalhos de APE na ABCP

Regiões	Número de Artigos na ABCP
Brasil	19
América do Sul	11
União Europeia	5
EUA	5
Outros recortes ¹	3
África	2
Total	45

Elaboração: Os Autores. **Legenda:** (1) Outros recortes: um estudo sobre Brasil e Índia, um estudo sobre cooperação trilateral entre Brasil, Reino Unido e Moçambique e um estudo sobre o Oriente Médio.

A distribuição de artigos da ABCP por região geográfica evidencia a superioridade numérica de trabalhos dedicados a analisar: (1) a política externa brasileira (19 artigos, ou 42% dos artigos da ABCP em APE) e; (2) o entorno regional do Brasil, incluindo, nesse contexto, trabalhos sobre a PEB para países vizinhos (11 artigos, 24% dos artigos da ABCP em APE). Assim, em termos comparativos, houve mais trabalhos de APE dedicados ao Brasil e a seus vizinhos na ABCP do que na ABRI, a qual teve, respectivamente, 34% de seus artigos de APE sobre a PEB e 16% de seus artigos relativos ao entorno regional do Brasil. Além disso, observa-se que: (1) tanto a ABRI quanto a ABCP possuem uma proporção semelhante de trabalhos de APE dedicados aos Estados Unidos (10% dos artigos da ABRI em APE e 11% dos artigos da ABCP em APE); (2) não foram identificados artigos da ABCP em matéria de APE que estivessem relacionados à China; (3) os trabalhos de APE no contexto da África receberam, no período analisado, maior destaque na ABRI do que na ABCP (11% dos artigos da ABRI em APE contra 4% dos artigos da ABCP em APE) e; (4) os trabalhos sobre a União Europeia apareceram em maior proporção na ABCP do que na ABRI (4% dos artigos da ABRI em APE e 11% dos artigos da ABCP em APE). Assim, no período analisado, verifica-se que os trabalhos da ABCP tratam, de forma predominante, do Brasil, da América do Sul, dos Estados Unidos e da União Europeia, sendo que as duas últimas envolvem potências tradicionais (países não-emergentes). No caso da ABRI, embora os estudos sobre a APE no contexto do Brasil e da América do Sul sejam, também, expressivos, observa-se que, na comparação com a ABCP, há maior diversidade de análises voltadas a recortes geográficos de países emergentes, como a China e aqueles localizados na África.

No que se refere ao recorte temático, a Tabela 9 apresenta o rol dos assuntos mais recorrentes no contexto dos trabalhos apresentados na ABCP, contemplando apenas aqueles que foram identificados, no mínimo, em três artigos distintos. Da mesma forma que no caso da ABRI, cada artigo foi associado a até quatro temas diferentes:

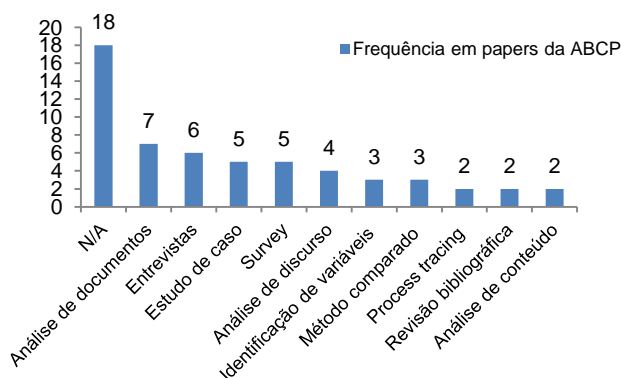
Tabela 9: Temas da APE no Brasil na ABCP (2012-2016)

Tema relacionado à Política Externa	Frequência em <i>Papers</i> na ABCP (2012-2016)
• Atores não-governamentais	15
• Direitos Humanos	7
• Outros atores governamentais	5
• Presidente	
• Poder Legislativo e Relações Executivo-Legislativo	
• Governos subnacionais	4
• Democratização ou Horizontalização da Política Externa	
• Partidos políticos e ideologia	
• Opinião Pública	3
• Ideias	
• Regimes democráticos	2

Elaboração: Os Autores.

Na Tabela 9 sobre os artigos da ABCP, três tendências podem ser destacadas: (1) o predomínio de estudos sobre o papel de atores não-governamentais em matéria de política externa; (2) a ênfase nos direitos humanos como *issue area*; (3) a maior ênfase de trabalhos na ABCP, quando comparada à ABRI, em temas como a horizontalização e a democratização da política externa e o papel dos partidos e da ideologia partidária nessa seara. Por fim, vale destacar que foi identificado apenas um trabalho apresentado na ABRI relacionado à temática de Análise de Política Externa e Gênero, ao passo que não foram identificados artigos da ABCP nessa temática. Assim, observa-se que o campo de estudos da APE apresenta potencial de expansão no contexto da ABCP, haja vista que, por exemplo, existem diversas possibilidades de temas que foram explorados de maneira significativa no contexto da ABRI e ainda não o foram no contexto dos encontros daquela associação, como, por exemplo, a APE no âmbito da cooperação Sul-Sul, da integração regional, do meio ambiente, da saúde e de gênero. Por fim, o Gráfico 4 apresenta a distribuição dos métodos e das técnicas mais frequentes no conjunto dos trabalhos apresentados na ABCP:

Gráfico 4: Métodos e Técnicas de Pesquisa de *papers* de APE na ABCP (2012-2016)



Elaboração: Os Autores.

O Gráfico 4 evidencia que assim como no caso da ABRI, a maioria dos trabalhos da ABCP: (1) não indicou, de forma clara, os métodos ou técnicas utilizados para a elaboração de suas análises e; (2) utiliza o método de análise de documentos como uma de suas estratégias principais para viabilizar a APE. Além disso, na comparação com a ABRI, observa-se que os trabalhos apresentados na ABCP utilizam, de forma mais expressiva, instrumentos como entrevistas e *surveys*, os quais possibilitam verificar, na prática, temas como o papel da opinião pública e das ideologias partidárias na formulação da política externa.

Dessa forma, a análise dos trabalhos da ABCP indica a tendência de ampliação do campo da APE no Brasil, por meio do aumento de análises do papel de atores não-governamentais nesse contexto. Assim, embora a maioria dos artigos da ABCP não explicita a metodologia adotada, verifica-se que há uma diversidade de artigos explorando distintas opções metodológicas como forma de buscar o aprofundamento das dinâmicas domésticas em matéria de política externa.

5. Conclusão

A presente análise utilizou três contextos distintos para analisar a produção da academia brasileira em matéria de Análise de Política Externa, quais sejam, os artigos publicados na Scielo, entre 1998 e 2017, os encontros da ABRI, de 2013 a 2017, e os encontros da ABCP, de 2012 a 2016. No que concerne aos resultados da análise da base de dados da Scielo, foram identificados alguns dos principais temas explorados pelos pesquisadores com publicações no Brasil relacionadas à APE. Com relação ao recorte geográfico, observou-se que a maior parte dos estudos sobre a APE presentes no indexador da Scielo tratam do contexto nacional, embora existam publicações que utilizem a APE como instrumento para analisar a relação entre variáveis domésticas e externas de outros

países, como Estados Unidos, Chile, Argentina e Venezuela. No que se refere às temáticas presentes nos artigos da Scielo sobre APE, foram identificados trabalhos sobre: (1) a atuação de diferentes atores domésticos na política externa, como o Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios, o Congresso Nacional e a sociedade civil; (2) o papel das ideias na conformação da política externa; (3) a relação entre a opinião pública e a política externa; e (4) a APE para temas específicos da política externa (*issue areas*) como, por exemplo, no tocante à cooperação nuclear, de política externa em matéria ambiental e em questões de comércio internacional. Constatou-se, ainda, que os debates sobre a horizontalização da política externa e, também, sobre a qualidade democrática dessa política ganharam protagonismo na agenda nacional de pesquisa sobre a APE, sobretudo no quinquênio de 2013 a 2017. Assim, ao longo do período analisado, as pesquisas sobre a APE ampliaram o rol de atores e temas analisados, passando a contemplar não apenas a análise do insulamento burocrático do Ministério das Relações Exteriores (CHEIBUB, 1985), mas, também, uma ampla combinação de atores domésticos e suas interconexões para a produção de políticas em temas específicos.

No contexto da ABRI, verificou-se que a maioria dos trabalhos sobre APE problematizaram a política externa brasileira, tanto com relação a outros países, como a Argentina e o Uruguai, quanto relativamente a blocos, como o Mercosul e a União Europeia. Além disso, verificou-se que três temas dividiram as preferências dos apresentadores de trabalho da ABRI em matéria de política externa: (1) a atuação de atores não-governamentais, como movimentos sociais e empresas, na Política Externa; (2) o papel de atores governamentais, como ministérios e agências estatais, nessa política; e (3) a atuação internacional de governos subnacionais, como cidades e Estados. Assim, o conjunto de trabalhos da ABRI permite visualizar os principais campos de atenção da academia brasileira no que concerne à APE, o que pode constituir um ponto de partida relevante para o desenho de agendas futuras de pesquisa.

No que concerne aos trabalhos presentes nos Anais da ABCP, por sua vez, constatou-se uma concentração de estudos sobre o Brasil e seu entorno regional e, também, sobre potências tradicionais, como os Estados Unidos e os países da União Europeia. No caso da ABCP, observou-se que, assim como no contexto da ABRI, os atores não-governamentais são objeto da maior parte dos trabalhos sobre APE. Além disso, os trabalhos da ABCP apresentam maior ênfase do que os da ABRI no que concerne a temas da arena eleitoral, como o papel dos partidos e da ideologia partidária para a política externa. Assim, a presente pesquisa evidencia, por meio de dados quantitativos, o argumento de Mónica Salomon e de Leticia Pinheiro (2013, p. 42), segundo as quais a área

de APE passa por um momento de consolidação no Brasil, e o uso de suas ferramentas teóricas e conceituais vem sendo intensificado no país.

Por fim, vale destacar que, ainda que a definição sobre se um artigo é ou não relacionado à APE possa ser questionada, esse fato também dialoga com as fronteiras cada vez mais tênues entre o doméstico e o internacional. Está claro, no entanto, que as Relações Internacionais no Brasil passam por processo de mudança, no qual há um progressivo interesse em explorar o papel de atores não-governamentais e da temática da democratização da política externa brasileira. Assim, ao enfatizar a agenda da democratização da PEB, a academia brasileira contribui para ampliar as vozes que exigem a consolidação da política externa como um espaço plural, como é o caso da intersecção entre APE e a temática de gênero.

Dessa forma, do ponto de vista qualitativo, a pesquisa corrobora a análise de Faria (2012, p. 313), segundo a qual a APE apresenta um caráter notoriamente transversal e interdisciplinar. De fato, os artigos analisados contemplam, ainda que em diferentes graus, variáveis domésticas em suas análises, seja ao mencionarem o papel significativo de um determinado presidente para temas internacionais, seja ao argumentarem pela necessidade de um aumento da participação da sociedade civil em temas de política externa.

A despeito desse fato, não obstante a APE no Brasil busque superar a imagem da “caixa-preta” do Estado, avaliando, para tanto, o papel de variáveis domésticas na política externa, restam, ainda, inúmeras agendas de pesquisa a serem exploradas. Nesse sentido, conquanto diversos artigos explorem as políticas externas de atores governamentais e não-governamentais, ainda há poucos estudos no Brasil que aprofundem a investigação sobre as interações entre esses atores e a formulação da política externa brasileira. Além disso, embora a pesquisa tenha constatado uma ampliação dos estudos sobre a horizontalização da política externa, ao longo do período analisado, a intensificação dos esforços acadêmicos sobre essa temática permitirá seu amadurecimento teórico e metodológico.

Assim, com base em um número expressivo de trabalhos científicos sobre a APE, o artigo demonstra que essa temática vem ganhando espaços significativos no debate acadêmico brasileiro. Dessa forma, um aprofundamento sobre as agendas de pesquisa sobre a APE oferece a possibilidade de avançar o conhecimento sobre essa subárea e, ao mesmo tempo, de compreender o contexto mais amplo da evolução das Relações Internacionais no Brasil. É precisamente nesse debate que se insere o presente artigo.

Referências Bibliográficas

ABCP (2018a) Área Temática sobre Estudos de Política Externa. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/9o-encontro-abcp/areas-tematicas/at-6/estudos-politica-externa>. Acesso em: 23 de Maio de 2018.

- ABCP (2018b) Área Temática sobre Política Internacional. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/area-tematica/politica-internacional>. Acesso em: 23 de Maio de 2018.
- ALLISON, Graham. (1969). Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis. *The American Political Science Review*, vol. 63, issue 3, September.
- AMARAL, Marcelo Santos; PINHO, José Antonio Gomes de (2017) Ideologias partidárias em 140 caracteres: uso do Twitter pelos parlamentares brasileiros. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 51, n. 6, p. 1041-1057, Dez.
- ANDRADE, Cândido T. de S. (1964) Mito e realidade da opinião pública. *Rev. adm. empres.*, São Paulo , v. 4, n. 11, p. 107-122, June 1964 .
- BARDIN, L. (2016) Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- BOIX, Carles and STOKES, Susan (2009). Overview of Comparative Politics. In: *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford University Press.
- BRIL-MASCARENHAS, Tomas; MAILLET, Antoine; MAYAUX, Pierre-Louis. (2017). Process tracing. Inducción, deducción e inferencia causal. *Rev. cienc. polít. (Santiago)*, Santiago , v. 37, n. 3, p. 659-684, dez.
- CARREIRAO, Yan de Souza. (2006). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opin. Publica*, Campinas , v. 12, n. 1, p. 136-163, Maio.
- CHEIBUB, Zairo. (1985). Diplomacia e Construção Institucional: o Itamaraty em perspectiva histórica. *Dados*, vol. 28, no. 1.
- DANESE, Sérgio. (2017). Diplomacia presidencial: história e crítica. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG.
- DUARTE, Rosália. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, Dez.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2012). O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 311-355, Junho.
- FIGUEIRA, Ariane. (2009). *Processo decisório em política externa no Brasil*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- FROEMMING, Lurdes Marlene Seide *et al.* (2000). Análise da qualidade dos artigos científicos da área de marketing no Brasil: as pesquisas survey na década de 90. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba , v. 4, n. 3, p. 201-219, Dez.
- GERRING, John. (2009). The Case Study: What it is and What it Does. In: BOIX, Carles e STOKES, Susan. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- MERCOCIDADES (2018). Descrição de Mercocidades. Disponível em: <http://www.mercociudades.org/pt-br/node/2251>. Acesso em: 11 de junho de 2018.
- MILANI, Carlos R. S. e PINHEIRO, Letícia. (2013). Política Externa Brasileira: Os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho, p. 11-41.
- RAGIN, Charles (2007) Making Comparative Analysis Count. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, junho de 2007.
- ROCHA, Décio; DEUSDARA, Bruno (2005) Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, Dez. 2005.
- ROSENAU, James N. (ed.). (1974). *Comparing Foreign Policies. Theories, Findings and Methods*. Halsted Press.
- SALOMÓN, Mônica e PINHEIRO, Letícia. (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 56 (1): 40-59.
- SNYDER, Richard Carlton; BRUCK, Henry W.; SAPIN, Burton M. (Eds.). (1954). *Foreign Policy Decision Making*: Princeton: Princeton University Press.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 21, n. 45, p. 149-165, Mar.
- VILLANOVA, Carlos Luís Duarte (2017) Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI/ Carlos Luís Duarte Villanova. Brasília: FUNAG.

Referências dos artigos da Scielo identificados com Análise de Política Externa

- ALSINA JR., João Paulo Soares (2003) A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Rev. bras. polít. int.*, Dez. vol.46, no.2, p.53-86.

- ANASTASIA, Fátima, Mendonça, Christopher; ALMEIDA, Helga (2012) Poder legislativo e política externa no Brasil: jogando com as regras. *Contexto int.*, Dez, vol.34, no.2, p.617-657.
- BARROS, Sebastião do Rego (1998) A execução da política externa brasileira: um balanço dos últimos 4 anos. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.41, no.2, p.18-28.
- BERNARDI, Bruno Boti. A política externa mexicana de direitos humanos durante o governo fox (2000-2006): as estratégias de lock-in e sinalização. *Contexto int.*, Dez 2010, vol.32, no.2, p.367-402.
- BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana (2013) Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Rev. Sociol. Polit.*, Set, vol.21, no.47, p.31-38.
- BORGES, Daniel Damásio (2014) Sobre o controle jurisdicional da política externa - notas acerca do caso Battisti no STF. *Rev. direito GV*, Jun, vol.10, no.1, p.221-244.
- BUSSO, Anabella (2016) Neoliberal Crisis, Social Demands, and Foreign Policy in Kirchnerist Argentina. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.95-131.
- CAPUCIO, Camila (2016) Implementing decisions of the WTO Dispute Settlement in Brazil: is there a place for transparency and participation?. *Rev. bras. polít. int.*, vol.59, no.1.
- CARDOSO, Daniel (2016). Network Governance and the Making of Brazil's Foreign Policy Towards China in the 21st Century. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.277-312.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e (2012). O papel do Itamaraty na definição da política externa do governo Collor de Mello. *Rev. bras. polít. int.*, vol.55, no.1, p.135-153.
- CASTELAN, Daniel Ricardo (2010) A implementação do consenso: Itamaraty, Ministério da Fazenda e a liberalização brasileira. *Contexto int.*, Dez, vol.32, no.2, p.563-605.
- CASTELAN, Daniel (2016) Domestic coalitions in the FTAA negotiations: the Brazilian case. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.313-348.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos (2014) O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.57, no.2, p.133-151.
- COPE, Kevin L (2016) Congress's International Legal Discourse. *Sequência (Florianópolis)*, Dez, no.74, p.19-96.
- COUTO, Estêvão F. (2004). Judicialização da política externa e direitos humanos. *Rev. bras. polít. int.*, Jun, vol.47, no.1, p.140-161.
- DE FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (2012) O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto int.*, Jun, vol.34, no.1, p.311-355.
- DINIZ, Simone (2012) O senado federal e a deliberação de atos internacionais no presidencialismo brasileiro. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out, vol.27, no.80, p.169-184.
- DUARTE, Rubens de S.; LIMA, Maria Regina Soares de (2017) Politicising financial foreign policy: an analysis of Brazilian foreign policy formulation for the financial sector (2003- 2015). *Rev. bras. polít. int.*, vol.60, no.1.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; PARADIS, Clarisse Goulart (2013) Humanism and solidarity in brazilian foreign policy under Lula (2003-2010): theory and practice. *Bras. Political Sci. Rev.*, vol.7, no.2, p.8-36.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; NOGUEIRA, Joana L. M.; LOPES, Dawisson Belém (2012) Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. *Dados*, vol.55, no.1, p.175-220.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (2008) Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.51, no.2, p.80-97.
- FARIAS, Rogério de Souza; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (2015) Reviewing horizontalization: the challenge of analysis in Brazilian foreign policy. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.58, no.2, p.5-22.
- FARIAS, Rogério de S. (2008) Transição malograda de um poder emergente? A participação brasileira nas negociações tarifárias da Rodada Tóquio. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.51, no.2, p.179-196.
- FELIÚ, Pedro; ONUKI, Janina (2014) Unidade partidária e política externa na América Latina. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out, vol.29, no.86, p.125-142.
- FERREIRA, Marcelo Costa (2010) Os Processos Constituintes de 1946 e 1988 e a definição do papel do Congresso Nacional na Política Externa Brasileira. *Rev. bras. polít. int.*, vol.53, no.2, p.23-48.
- FERREIRA, Marcos Farias; TERRENAS, João (2016) Good-bye, Lenin! Hello, Putin! O discurso geoidentitário na política externa da nova Rússia. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Ago, no.20, p.43-78.

- FIGUEIRA, Ariane R. (2010) Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. *Rev. bras. polít. int.*, 2010, vol.53, no.2, p.05-22. MRE
- GÓMEZ, Eduardo; PEREZ, Fernanda (2016) Aguilar Brazilian Foreign Policy in health during Dilma Rousseff's administration. *Lua Nova*, Ago, no.98, p.171-197.
- JAKOBSEN, Kjeld A. (2013) Desventuras de alguns críticos da política externa do governo Lula. *Lua Nova*, no.89, p.275-295.
- JESUS, Diego S.V. de. (2009) Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na análise de política externa. *Contexto int.*, Dez, vol.31, no.3, p.503-534.
- KHALIL, Suhayla; ALVES, Vágner C. (2014) Ideias e Política Externa: As Relações do Brasil com o Terceiro Mundo durante o Governo Castelo Branco. *Contexto int.*, Dez 2014, vol.36, no.2, p.683-708.
- LESSA, Antônio C.; COUTO, Leandro F.; FARIAS, Rogério de S. (2009) Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Rev. bras. polít. int.*, Jun, vol.52, no.1, p.89-109.
- LIMA, Jordão H. da S. (2017) Saúde global e política externa brasileira: negociações referentes à inovação e propriedade intelectual. *Ciênc. saúde coletiva*, Jul, vol.22, no.7, p.2213-2221.
- LISBOA, Marijane V. (2002) Em busca de uma política externa brasileira de meio ambiente: três exemplos e uma exceção à regra. *São Paulo Perspec.*, Jun, vol.16, no.2, p.44-52.
- LOPES, Dawisson B.; FARIA, Carlos A. P. de (2016) When Foreign Policy Meets Social Demands in Latin America. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.11-53.
- LOPES, Dawisson B.; VALENTE, Mario S. (2016) A Construção Social dos Princípios Conformadores e das Normas Programáticas de Política Externa Brasileira na Constituição Federal de 1988. *Dados*, Out, vol.59, no.4, p.995-1054.
- LOPES, Dawisson B.; FARIA, Carlos A. P. de; SANTOS, Manoel (2016) Foreign Policy Analysis in Latin American democracies: the case for a research protocol. *Rev. bras. polít. int.*, vol.59, no.1.
- LOPES, Dawisson B. (2011) A política externa brasileira e a "circunstância democrática": do silêncio respeitoso à politização ruidosa. *Rev. bras. polít. int.*, vol.54, no.1, p.67-86.
- LOPES, Dawisson B. (2014) Da razão de estado ao republicanismo mitigado: uma narrativa Faoriana sobre a produção da Política Externa Brasileira. *Dados*, Jun 2014, vol.57, no.2, p.481-516.
- LOPES, Dawisson B. (2012) Política externa democrática: oxímoro, quimera ou tendência?. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2012, vol.27, no.80, p.185-202.
- LOUREIRO, Felipe P., GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SCHOR, Adriana (2015) Public opinion and foreign policy in João Goulart's Brazil (1961-1964): Coherence between national and foreign policy perceptions?. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.58, no.2, p.98-118.
- LUSTIG, Carola; OLEGO, Tomás (2016) Public Opinion and Framing Effects of Argentine Foreign Policy Toward Brazil: Evidence from a Survey Experiment in Urban Centers in Argentina. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.241-275.
- MALACALZA, Bernabé (2016) International Co-operation in Science and Technology: Concepts, Politics, and Dynamics in the Case of Argentine-Brazilian Nuclear Co-operation. *Contexto int.*, Aug, vol.38, no.2, p.663-684.
- MALAMUD, Andrés (2016) A Few Non-Conclusive Thoughts about Foreign Policy and Social Demands. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.503-516.
- MEDEIROS, Marcelo de A., TEIXEIRA Júnior, Augusto W. M.; Reis, Elton G. dos (2017) Cooperação para autonomia? Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a Unasul. *Rev. Sociol. Polit.*, Mar, vol.25, no.61, p.97-123.
- MENDONÇA JÚNIOR, Wilson; FARIA, Carlos A. P. de (2015) A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). *Rev. bras. polít. int.*, Jun, vol.58, no.1, p.5-22.
- MESQUITA, Rafael; ALMEIDA Medeiros, Marcelo de (2016) Legitimising Emerging Power Diplomacy: an Analysis of Government and Media Discourses on Brazilian Foreign Policy under Lula. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.385-432.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia (2013) Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto int.*, Jun, vol.35, no.1, p.11-41.
- MILANI, Carlos R. S., CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo S. (2016) Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. *Cad. CRH*, Abr, vol.29, no.76, p.13-32.
- MORAES, Henrique C. (2002) A atuação internacional do Estado em benefício de interesses privados: uma análise jurídica da formação da "micropolítica" externa. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.45, no.2, p.114-134.

- MOREIRA, Paula G. (2013) Governos subnacionais amazônicos: novos padrões de relacionamento na conjuntura internacional contemporânea. *Contexto int.*, Jun, vol.35, no.1, p.105-137.
- MOURON, Fernando, URDINEZ, Francisco; ONUKI, Janina (2016) Framing effects on foreign policy: experimental evidence from emerging countries and the Argentine-Brazilian rivalry. *Opin. Publica*, Apr, vol.22, no.1, p.195-218.
- NEVES, João A. de C. (2003) O papel do legislativo nas negociações do Mercosul e da ALCA. *Contexto int.*, Jun, vol.25, no.1, p.103-138.
- OLIVEIRA, Ivan (2012) Tiago Machado and Milani, Carlos R. S. Atores não estatais e trade policy - making no Brasil: análise dos interesses e das estratégias da CEB e da REBRIP. *Dados*, vol.55, no.2, p.367-401.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (2007) Multilateralismo, democracia e política externa no Brasil: contenciosos das patentes e do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC). *Contexto int.*, Jun, vol.29, no.1, p.7-38.
- ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de (2006) Eleições, política externa e integração regional. *Rev. Sociol. Polit.*, Nov, no.27, p.145-155.
- ONUKI, Janina, MOURON, Fernando and Urdinez, Francisco (2016) Latin American Perceptions of Regional Identity and Leadership in Comparative Perspective. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.433-465.
- PATTI, Carlo (2010) Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). *Rev. bras. polít. int.*, vol.53, no.2, p.178-195.
- PICKUP, Megan (2016) Foreign policy of the New Left: explaining Brazil's Southern partnerships. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.55-93.
- PINHEIRO, Flávio Leão (2008) Poder Legislativo e política externa: um estudo sobre a influência do Congresso Nacional do Chile na formulação da política comercial durante a década de 1990. *Contexto int.*, Abr, vol.30, no.1, p.89-139.
- PITTAS, Tiago Mocellin; DRI, Clarissa Franzoi (2017) O diálogo entre saúde e política externa na cooperação brasileira em bancos de leite humano. *Ciênc. saúde coletiva*, Jul, vol.22, no.7, p.2277-2286.
- POMEROY, Melissa (2016) Civil Society Participation in Brazilian Foreign Policy: an Analysis of its Democratic Quality. *Contexto int.*, Aug 2016, vol.38, no.2, p.711-729.
- PUERARI, Gustavo Miranda (2016) Estado e empresariado nacionais na condução da política externa brasileira para a África no governo Lula. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, Ago 2016, no.64, p.275-295.
- RATTON SANCHEZ, Michelle et al. (2006) Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). *Rev. Sociol. Polit.*, Nov, no.27, p.125-143.
- REGO, Bernardo Frossard Silva; FIGUEIRA, Ariane Cristine Roder (2017) Business, Government and Foreign Policy: Brazilian Construction Firms Abroad. *Bras. Political Sci. Rev.*, vol.11, no.1.
- RIBEIRO, Pedro Feliú; PINHEIRO, Flávio (2016) Presidents, Legislators, and Foreign Policy in Latin America. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.467-501.
- RIBEIRO, Pedro Feliú, OLIVEIRA, Amâncio J. S. N.; GALDINO, Manoel (2009) Política externa chilena e espectro ideológico político-partidário: um estudo sobre a Câmara dos Deputados (2002-2006). *Dados*, vol.52, no.4, p.835-870.
- RICUPERO, Rubens (2010) À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível. A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). *Novos estud. - CEBRAP*, Jul, no.87, p.35-58.
- ROA, Alejandra Carrillo; SILVA, Felipe Ricardo Baptista e (2015) Fiocruz as an actor in Brazilian foreign relations in the context of the Community of Portuguese-Speaking Countries: an untold story. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Mar, vol.22, no.1, p.153-169.
- ROMERO, Carlos A. and MIJARES, Víctor M. (2016) From Chávez to Maduro: Continuity and Change in Venezuelan Foreign Policy. *Contexto int.*, Junho, vol.38, no.1, p.165-201.
- SALLUM JR, Brasílio (2011) Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. *Dados*, vol.54, no.2, p.259-288.
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia (2013) Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Rev. bras. polít. int.*, vol.56, no.1, p.40-59.
- SANTORO, Maurício; BORGES, Bruno (2017) Brazilian Foreign Policy Towards Internet Governance. *Rev. bras. polít. int.*, vol.60, no.1.
- SANTOS, Maria H. de C.; TEIXEIRA, Ulysses T. (2015) Interests and Values in Obama's foreign Policy: Leading from Behind?. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.58, no.2, p.119-145.

- SARAIVA, Miriam G. (2017) The Brazil-European Union strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus. *Rev. bras. polít. int.*, vol.60, no.1.
- SAUERBRONN, Christiane (2009) O Conselho Argentino para as Relações Internacionais (CARI) nos anos 1990 e a virada neoliberal argentina. *Rev. Sociol. Polit.*, Jun, vol.17, no.33, p.69-84.
- SCHENONI, Luis Leandro (2012) As possíveis causas domésticas da liderança brasileira na América do Sul. *Contexto int.*, Dez, vol.34, no.2, p.659-691.
- SCHLEICHER, Rafael Tavares; PLATIAU, Ana Flávia (2017) What is the relation between Brazilian Foreign Policy and the implementation of bilateral technical cooperation projects in African Countries? Lessons from a South-South cooperation project implemented by the Brazilian National School of Public Administration - ENAP (2009-2012). *Rev. bras. polít. int.*, vol.60, no.1.
- SILVA, Alexandra de Mello e (1998) Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Rev. bras. polít. int.*, Dez, vol.41, no.2, p.139-158.
- SILVA, Marcos A. da, JOHNSON, Guillermo A.; ARCE, Anatólio M. (2014) A política externa cubana nos anos 90: condicionantes internos e inserção internacional. *Rev. Sociol. Polit.*, Mar, vol.22, no.49, p.99-112.
- SPEKTOR, Matias (2002) O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Rev. bras. polít. int.*, Jun 2002, vol.45, no.1, p.117-145.
- SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Rev. bras. polít. int.*, Dez 2004, vol.47, no.2, p.191-222.
- SPOHR, Alexandre P.; SILVA, André L. R. da (2017) Foreign Policy's Role in Promoting Development: the Brazilian and Turkish Cases. *Contexto int.*, Abr, vol.39, no.1, p.157-178.
- SPOSITO, Ítalo B. (2013) Foreign policy change in Brazil: comparing Castelo Branco (1964-1967) and Fernando Collor (1990-1992). *Bras. Political Sci. Rev.*, vol.7, no.3, p.118-144.
- TUDE, João M.; MILANI, Carlos S. (2013) A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula. *Rev. bras. polít. int.*, vol.56, no.1, p.85-103.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel (2007) A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.*, Dez, vol.29, no.2, p.273-335.
- VIGEVANI, Tullo et al. (2008) O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Rev. bras. polít. int.*, vol.51, no.1, p.5-27.
- VIGEVANI, Tullo (2006) Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Out 2006, vol.21, no.62, p.127-139.
- VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro (2011) Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. *Rev. bras. polít. int.*, vol.54, no.2, p.70-96.
- VILLA, Rafael Duarte (2006) Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun, vol.21, no.61, p.63-89.
- WAISBICH, Laura T., CETRA, Raísa and MARCHEZINI, Joara (2017) The Transparency Frontier in Brazilian Foreign Policy. *Contexto int.*, Apr, vol.39, no.1, p.179-200.

Referências dos trabalhos apresentados na ABRI entre 2013 e 2017 identificados com Análise de Política Externa

- AGUIAR, João Henrique C.M. (2017) To be a rock but not to roll: the capability to sustain a change in foreign policy in Argentina, Great Britain, India and USA during the Cold War. *Anais do 6º. Encontro da ABRI*. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ALARCON, Danillo (2015) Dilma Rousseff's Presidency and Arab Countries: an overlooked foreign policy? *Anais do 5º. Encontro da ABRI*. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ALBUQUERQUE, Felipe L. R. de (2013) Rompendo a "torre de marfim": do insulamento histórico-institucional do Itamaraty à horizontalização controlada na política de cooperação internacional do Brasil (2003-2010). *Anais do 4º. Encontro da ABRI*. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ALBUQUERQUE, Leticia; DUARTE, Lorena P. J. (2015) A dimensão internacional do meio ambiente e a política externa brasileira. *Anais do 5º. Encontro da ABRI*. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.

- ALEXANDRE, Clarice F. (2015) Análise de Política Externa: Articulação entre Política Externa, Segurança e Defesa no Brasil. Anais do 5º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ALMEIDA, Felipe C. de (2015) A Cooperação Sul-sul e os atores nacionais da Cooperação Internacional Brasileira. Anais do 5º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ALMEIDA, Juliana B.; LIMA, Leandro A. (2017) O Brexit e a imprensa: os impactos da saída do Reino Unido da União Europeia segundo os grandes jornais nacionais. Anais do 6º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ANDRADE, Camila S. (2017) Do Coração da África para as Articulações Internacionais: a Cooperação Internacional Descentralizada em Ruanda a partir de 2003. Anais do 6º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ANDRADE, Camila Santos (2015) Novos atores no cenário internacional: a paradiplomacia na África e o Estado de Mil Colinas. Anais do 5º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ANGELICO, Gabriela G. (2013) Refugiados no Brasil e atuação do CONARE: o MERCOSUL como plataforma de proteção e inserção no século XXI. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ANUNCIATO, Renata O., MARX, Vanessa (2013) (2013) Política Externa Brasileira e a atuação da EMBRAPA no caso do COTTON-4. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ARAGUSUKU, Juliano A. de S. (2015) Controvérsias históricas nas relações Japão-China: questões domésticas e desafios regionais. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- AZZI Diego A. (2017) Liberales y solos? La nueva política exterior de Argentina y Brasil. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BANZATTO, Arthur P. de A. (2017) A Paradiplomacia Brasileira e Argentina em Perspectiva Comparada. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BANZATTO, Arthur Pinheiro de A. (2015) A Inserção Internacional Dos Governos Subnacionais Brasileiros Através Da Diplomacia Federativa E Da Paradiplomacia. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BARBOSA, Anahi de Castro, PORTO, Maria Ivania (2015) A Nova Política Externa Chinesa: uma análise das políticas de integração transregional no Governo Xi Jinping Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BENTO, Luísa S. (2017) Política Externa Estadunidense: O lugar dos Intercâmbios Educacionais na Diplomacia Pública. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BIZARRIA, Maria Teresa Braga (2013) Bolívia contemporânea: do Buen Vivir ao neoextrativismo. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BRAGA, Jorge L. R. (2013) O Papel do BNDES no projeto de potência regional do governo Lula da Silva. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BUENO, Adriana Mesquita Corrêa Bueno (2015) Um exame da estratégia de cooperação Sul-Sul brasileira para o fortalecimento do setor cotonícola de países em desenvolvimento Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BUERE, Julio Cesar (2013) Itamaraty: a força das ideias e da tradição. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- BURITY, Caroline R. T., NOGUEIRA, S. G. (2013) Mídia e Relações Internacionais: Diplomacia Midiática no Governo Lula (2003-2010). Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- CALANDRIN, Karina S.; MAGNOTTA, Fernanda P. (2015) A influência do lobby israelense na política externa dos Estados Unidos e o programa nuclear iraniano. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- CEZAR, Rodrigo F. (2015) Constrangimentos domésticos à política externa comercial dos EUA durante a tentativa de renovação do fast-track (1997). Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.

- CLEMENTE, Aldana (2013) Imágenes de la autonomía Argentina ante la Segunda Guerra Mundial (1943-1945). Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- COELHO, André L.; Santos, Vinícius S. (2013) Política Externa Brasileira e discurso: as Gestões Lula da Silva em uma análise duplo espelhada. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- DIALLO, Alfa Oumar Prado, ALMEIDA, Henrique S. de (2013) A Cooperação Descentralizada como ferramenta de fortalecimento da política para a fronteira no Mercosul. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- DIAS, Iris de M. T. (2015) O Brasil e a cooperação Sul-Sul e triangular na CPLP: Reflexões sobre o Brasil como promotor do desenvolvimento à luz da Teoria dos Papéis. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- DRI, Clarissa F.; MULLER Mayara T. (2017) Liderança e Política Externa: A importância do MAPA na relação econômica Brasil-China no período 2015-2016. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- DUARTE, Rubens de S. (2015) O lugar do Brasil no sistema multilateral financeiro do século XXI: uma análise dos fatores domésticos e estruturais e seus impactos Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- DUNDA, Fabiola Faro Eloy (2013) Conexões brasileiras ao Sul: Uma visão sob o prisma da cooperação em HIV/AIDS e Bancos de Leite Humano. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- EIRAS, André Luis Silva (2013) A Política Externa Brasileira no Governo Lula na Autonomia pela Assertividade. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- FERREIRA Túlio S. H.; LIRA Vanessa H. (2015) Enriquecimento de animosidades: análise do início da política exterior do Brasil para os átomos. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- FIGUEIRA, Ariane C. R. (2013) Atuação das empresas brasileiras em zonas de conflito: riscos e oportunidades Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- FILHO, Armando G. Y. (2015) A paradiplomacia como relações internacionais complementares à política externa: um estudo de Campinas e Uberlândia. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- FILHO, Armando G. Y. (2017) O processo de inserção internacional de Uberlândia: passado, presente e futuro. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- FROIO, Liliana R. (2015) Abrindo a caixa-preta da paradiplomacia: um estudo do modus operandi da atuação internacional dos estados brasileiros. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- GALVÃO, Thiago G. (2015) Avanços e desafios na agenda de população e desenvolvimento dos BRICS. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- GONÇALVES, Fernanda C. N. I. (2015) Políticas de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento em perspectiva comparada: os casos de Brasil, Índia e África do Sul. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- GONÇALVES, Fernanda C.N. I. (2013) Atores privados na Cooperação Sul-Sul brasileira: o caso do SENAI. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- GUIMARÃES, Feliciano de S. (2013) O Exercício da Liderança Regional pelo Brasil: uma abordagem com experimento de survey. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- HAINES, Andrés E. F.; SAUTER, Betina T. (2017) Da “Pequena Rússia” A “Nova Rússia”: A Virada Da Geopolítica Russa Por Vladimir Putin Após A Experiência De “Internacionalismo Liberal” Dos Anos De 1990. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; MACEDO, Gustavo C. ALBRES, H. (2013) Uma Análise da Política Externa dos Estados Unidos para os Direitos Humanos de Bush a Obama: A Dotação orçamentária para o Conselho de Direitos Humanos da ONU. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.

- HOLZHACKER, Denilde (2015) A participação de atores não-estatais na política externa brasileira entre 2003 e 2014. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro E. (2017) Da operação de manutenção de paz à cooperação técnica: as iniciativas brasileiras para a paz em Moçambique (1993-2010). Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- KREITLON, Maria Priscilla, Carvalho, Tássia; MILANI, Carlos R.S. (2013) O meio ambiente como Objeto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Elementos para uma Fábula Moral. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- KUSS, Laís C. (2017) Contribuições de aspectos do contexto doméstico brasileiro para a adoção do ProSAVANA na agenda de cooperação triangular Brasil-Japão-Moçambique. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- LAMAS, Isabella A. (2015) Para além do campo discursivo da cooperação sul-sul: as violências e injustiças sócio-ambientais perpetuadas por corporações multinacionais de países emergentes. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- LEAES, Ricardo F. (2013) As transformações da política externa turca e suas aspirações à liderança regional. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- LEÃO, André P. (2015) Política Externa Brasileira para a América do Sul: uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Rousseff. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- LIMA JUNIOR, Antônio F. (2015) O Papel da Diplomacia Pública nas Relações Internacionais Contemporâneas. Anais do 5º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- LIMA, Suely A. de (2015) Eixo Escudo das Guianas da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA): Possibilidades e Desafios. Anais do 5º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- LOPES Ana L. P. (2017) Construção da Posição do Governo Brasileiro referente à Plataforma de Ação de Pequim: primórdios e atualidade. Anais do 6º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MACEDO, Gustavo C. (2013) Uso da força militar e separação de poderes nos Estados Unidos. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MAITINO, Martin E. (2017) Além da “diplomacia presidencial”: Presidência, ministérios e horizontalização da PEB. Anais do 6º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MARIANO, Marcelo Passini, ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de (2017) Política externa brasileira e a posição de atores domésticos: o agronegócio, a indústria e os movimentos sociais na OMC entre 2003 e 2008. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MARTINEZ, Mónica M., MINILLO, Ribas X. K. P. (2013) O Complexo Hidrelétrico Rio Madeira: inserção no incipiente Regime de Interdependência Hidrológica Amazônica. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MARTINS, Bibiana Volkmer (2013) Gestão da Cooperação Sul-Sul Brasil e África: entraves e perspectivas. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MENDONÇA, Christopher B. (2013) Poder Legislativo e Política Externa: uma comparação entre Alemanha, Brasil e EUA. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MENEZES, Henrique Z. de (2015) In Search Of Autonomy: Brazil's Quest for Reform of International Institutions in Lula's and Rousseff's Governments. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MOCELIN, Luiz F., COSTA JR, Pedro Donizete da (2013) O Brasil e a Integração Sul-Americana: Subimperialismo ou Liderança Benigna? Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MORAES, Marina P. de (2015) Política Externa Brasileira e Opinião Pública: Uma análise sobre a Questão Palestina (1930-1952). Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.

- MORAES, Rodrigo F. de.; FILHO, Edison B. da S. (2013) Olhando para a Águia: Visões da Opinião Pública no Brasil e no Mundo sobre os Estados Unidos. Anais do 4º. Encontro da ABRI
- MOREIRA, Julia B. (2015) Política Externa e Refugiados no Brasil: uma análise sobre o governo Lula. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MOREIRA, Roberta Z. (2015) Política Externa e grupos de interesse: um estudo de caso da não adesão brasileira ao Protocolo de Nagoya. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MOURA, Nayanna S. de (2015) Análise da Política Externa Brasileira para a UNASUL: o modus operandi do Brasil nas gestões de crises políticas entre 2008 e 2014 Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MOURA, Nayanna Sabiá de (2017) Redemocratização e participação do Poder Legislativo na Política Externa Brasileira. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- MURGI, Rafael (2015) A evolução da política externa brasileira desde a década de 1990: principais aspectos de caráter econômico. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de Oliveira SANTOS, Pablo Victor Fontes Santos (2015) Diplomacia pública e diplomacia midiática – um panorama comparativo dos Governos Lula (2003-2010) e o Governo Dilma (2011-2014) a partir da Análise de conteúdo de discursos oficiais de Política Externa Brasileira. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- OLIVEIRA, Eduardo M.; ROCHA Enivaldo C. da; TEIXEIRA Mariana C.; MEDEIRO, Marcelo de A.(2017) Partidos Políticos, Integração Regional e Proativismo Parlamentar. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de GERALDELLO, Camilla Silva (2013) O USTR e a institucionalidade da política externa comercial dos Estados Unidos. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- OLIVEIRA, Mirian S. R. (2013) Emigração e políticas para “comunidades nacionais no exterior”: o caso da “diáspora indiana”. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- PAIVA, Luciana Leal R.; FERNANDES, Márcia de P. (2015) Insulamento burocrático do Itamaraty: desafios e possibilidades à ação subnacional. Anais do 5º. Encontro da ABRI
- PEREIRA, Demetrius C.; PRADO, Paola G. R. do (2015) Cúpulas Brasil-União Europeia: a participação do empresariado. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- PEREIRA, Matheus de O. (2015) Democracia e polarização na Argentina kirchnerista. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- PINTO, Lucas Vasconcelos (2013) A Política Externa dos Estados Unidos para Israel e a Questão Palestina (2000 – 2004): o “Todo-Poderoso Lobby” – mito ou verdade? Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- PIVATTO JUNIOR, Dilceu R. (2017) Os think tanks do Reino Unido: debates sobre a atuação internacional do Brasil (2001-2017). Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- POMAR Valter V. da R. (2015) A política externa da China e a América Latina. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- PRADO, Débora F. M. do (2013) Tensões entre estados e governo federal em assuntos de Política internacional: Um estudo sobre as sanções econômicas aplicadas pelos estados norte-americanos. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; FARIAS, Rogério de S. (2015) Missão impossível? Mercosul, Participação Social e Política Externa no Brasil. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- RESENDE, Erica Simone A., MATEO, Luiza Rodrigues (2013) A religião, cultura política e política externa norte-americana. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- RIBEIRO, Renata A. (2013) Atores Domésticos e Política Externa Brasileira para Biocombustíveis nos anos 2000. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.

- RIBEIRO, Renata A.; CARVALHO, Tássia C. de O. (2015) A política externa brasileira pós-transição democrática: A análise de conteúdo dos discursos. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ROA, Alejandra C., Baptista; SILVA, Felipe R. (2013) A Cooperação Internacional em Saúde do Brasil no contexto da CPLP: Caso Fiocruz. Anais do 4º. Encontro da ABRI. Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- RODRIGUES, Alex (2015) O discurso culturalista brasilo-africano (1961-1964). Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- RODRIGUES, Eduardo Magalhães (2013) As cidades e as novas formas de multilateralismo: a atuação do município de São Bernardo do Campo (Brasil) na Rede Mercocidades. Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SANTOS, Maria Helena de C.; TEIXEIRA, Ulysses T. (2015) Segurança e Democracia na Política Externa de Obama: leading from behind? Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SANTOS, Norma B. dos; UZIEL, E. (2015) As relações Brasil-Estados Unidos durante o governo Geisel: o voto brasileiro nas Nações Unidas a favor da resolução sobre sionismo e racismo (1975). Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SCHERMA, Márcio Augusto; ALVES, Louise Ferreira Leite (2013) A atuação de entes subnacionais e a integração na fronteira Brasil-Uruguai). Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SCHLEICHER, Rafael; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia (2013) Solidariedade e pragmatismo na presença brasileira em Moçambique: um estudo sobre a relação entre Política Externa e Cooperação Sul-Sul brasileira (2002-2012). Anais do 4º. Encontro da ABRI
- SILVA Thiago M. (2015) A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010): Problemas e Perspectivas. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SILVA, Danielle Costa da (2015) Política externa brasileira de direitos humanos do governo Dilma Rousseff (2011-2014): análise de conteúdo de discursos oficiais. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SILVA, Gabriella N. da (2017) Política Externa Brasileira e Direitos Humanos: A influência de novos atores domésticos durante os governos FHC, Lula e Dilma Rousseff. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SILVEIRA, Isadora L. da (2015) A aproximação Brasil-Oriente Médio (2003-2014): uma análise dos condicionantes sistêmicos e domésticos da política externa brasileira Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SIMINI, Danilo G. (2015) A (in) constitucionalidade da paradiplomacia brasileira: uma reflexão a partir da Constituição Dirigente de 1988 Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SION Vitor L. (2015) O processo de tomada de decisão em política externa no Brasil entre 1964 e 1974 à luz das atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SONDERGAARD, Niels (2017) Public-Private cooperation within transnational issue coalitions: The joint lobbying efforts by UNICA and Itamaraty to influence the EU Renewable Energy Directive. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SOUZA, Deywisson R. O. de (2017) Mudanças Sistêmicas, Atos Bilaterais e Política Externa: decifrando o significado dos Acordos brasileiros firmados com EUA e China em Cardoso e Lula da Silva. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- SPOHR, Alexandre P. (2015) A política externa na promoção do desenvolvimento: uma análise a partir do caso brasileiro. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- TROITINHO, Bruna R. (2017) Política Externa Africana e Movimento Negro: de Castelo Branco à Figueiredo. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- VALENTE, Mario S. (2015) O escrito e o não escrito: atores e interesses na constitucionalização de princípios conformadores e das normas programáticas da Política Externa Brasileira na

- Constituição Federal de 1988. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- VASCONCELLOS, Patrícia M. C. de (2017) A Odebrecht na Política Externa Brasileira: Antes e Durante a Lava Jato. Anais do 6º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- VENTURA, Deisy de F. L.; PEREZ, Fernanda A. (2015) A política externa de saúde de Dilma Rouseff (2011-2014): elementos preliminares para um balanço. Anais do 5º. Encontro da ABRI
- VITAL, Graziela C. (2015) A paradiplomacia nas cidades de São Paulo e Toronto: uma análise em três níveis. Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ZANESCO, Karlla SALOMON, Mônica (2013) A Cooperação Universitária para o Desenvolvimento: conceito, práticas e tendências no mundo e no Brasil Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ZARPELÃO, Sandro H. M. (2013) A longa Guerra do Golfo: Uma Análise Comparativa das Guerras do Golfo e do Iraque sob a Ótica das Doutrinas Powell e Bush (1991-2003). Anais do 4º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- ZARPELÃO, Sandro H. M. (2015) A Doutrina Nixon: uma Análise da Política dos Dois Pilares (1969-1974). Anais do 5º. Encontro da ABRI Disponível em: <https://www.abri.org.br/>. Acesso em: 3 de junho de 2018.

Referências dos trabalhos apresentados na ABCP entre 2012 e 2016 identificados com Análise de Política Externa

- AGUIAR, Giane M. P. de; DEON, Ana Paula da R. (2012) integração Regional Via Energética: o estudo de caso da interligação Venezuela-Brasil. Anais do 8º. Encontro da ABCP
- ALMEIDA, Paulo R. (2012) Uma Política Externa Exótica: a diplomacia do governo Lula e seus efeitos institucionais. Anais do 8º. Encontro da ABCP. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- BISSIO, Beatriz (2012) Norte de África e Oriente Médio: Os levantes populares e as mudanças nas relações com o Ocidente. Anais do 8º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- BRAGA, Pablo de R. S. (2014) Democratização e política externa de direitos humanos: um estudo comparativo entre Brasil e África do Sul. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- BRESSAN, Regiane N. (2014) Elites, Processos de Integração Regional e Política Externa: um estudo teórico. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- CARVALHO, Maria I. V. de (2014) Brasil e Índia junto ao OSC (OMC): o papel dos fatores domésticos. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- CARVALHO, Tássia C. de O.; RIBEIRO, Renata A. (2014) Inserção Internacional do Brasil e Política Externa Brasileira na Construção da Ordem Ambiental Internacional: desenvolvimento com sustentabilidade? Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- CASTELAN, Daniel R.; SANTOS, Leandro W. dos (2016) O Brasil na OMC: soft balancing? Anais do 10º. Encontro da ABCP. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- CONTRERA, Flávio (2014) O papel dos partidos na formulação da política externa estadunidense. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- DUARTE, Rubens de S. (2014) Capacidade e coerência: uma análise da política de cooperação internacional para o desenvolvimento entre o Brasil e o Reino Unido em Moçambique. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- FERRAZ, Maria I. M. (2014) Opinião pública em política externa: uma análise exploratória das percepções sobre integração regional na América do Sul. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.

- GUSMÃO, Luiz A. C. de M. (2016) Cooperação internacional e combate às drogas em Bolívia e Colômbia, 1990-2010. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- LIMA, Rafael M. de S.; MEDEIROS, Marcelo de A. (2016) Política Externa Brasileira e Integração Regional (1998-2014): Impactos das Mudanças de Governo e das Relações Executivo-Legislativo. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- LOPES, Dawisson B. (2016) Latin American Secretaries-General of International Organizations and the Diplomacy of Prestige. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- MACEDO, Vanessa R. de M. (2016) A dimensão internacional da consolidação da democracia no Brasil - Um estudo de caso sobre a promoção da transparência enquanto norma democrática. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- MALLMAN, Maria I.; SIMÃO, Ana R. F. (2016) Política externa e democracia no Brasil (1985-2015). Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- MANERO, María L. A. (2014) Diplomacia pública, ¿de la teoría a la práctica?: El caso de la Unión Europea en Brasil. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- MATOS, Pedro A. (2016) A "política africana" do Brasil. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- MEDEIROS, Marcelo de A.; FERRAZ, Maria I. M.(2012) Construindo a América do Sul: ideias, identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. Anais do 8º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- MENDONÇA, Christopher B. (2016) "O presidente precisa de ajuda": o papel do assessoramento presidencial no Brasil para temas de política externa. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- MENDONÇA, Christopher B. (2016) As relações Executivo-Legislativo na produção da Política Exterior do Brasil. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- MONTE, Déborah S. do (2016) O processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL: uma análise da política externa venezuelana. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- MOURON, Fernando (2016) Align or balance against the Brazilian growing power? Argentine reactions measured by a survey experiment. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- NERY, Tiago (2016) As relações entre a política externa brasileira, o modelo de desenvolvimento e as coalizões políticas (1930-2014). Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- NETO, Diego V. V. (2016) A participação em Tratados de Direitos Humanos pelos Governos FHC, Lula e Dilma: Identificação de condições para a ratificação. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- OLIVEIRA, Marcelo F. de (2014) A Política Externa Brasileira no Governo Lula (2003-2010): Um exercício de Autonomia pela Assertividade? Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- PACHECO, Cristina C. (2016) Judiciário e Política Externa nos EUA: Como as decisões da Suprema Corte afetaram a política externa dos EUA durante o Governo Bush (2001-2008)? Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- PRADO, Henrique S. de A. (2016) A cooperação descentralizada como instrumento da política para a fronteira no Mercosul. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- RAMANZINI JR, Haroldo; FARIAS, Rogério de Souza (2014) Análise de Política Externa Brasileira: questões conceituais e metodológicas de um campo em afirmação. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- RIBEIRO, Pedro F. (2014) Comportamento Legislativo e Política Externa na América Latina. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.

- RIBEIRO, Renata A. (2016) Congresso e Agronegócio na Política Externa Brasileira: dois pesos, duas medidas? Anais do 10º. Encontro da ABCP. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- RIBEIRO, Ricardo A. (2014) Os think tanks como atores da política externa americana: visões do populismo na América latina. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- SARAIVA, Miriam G. (2012) Estratégias e parcerias do Brasil na ordem global: o lugar da Europa Anais do 8º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- SEVERO, Marília Bortoluzzi (2016) O processo decisório da União Europeia em políticas de segurança e defesa: mplicações na ação externa europeia. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- SILVA, Danielle C. da (2014) Política Externa Brasileira de Direitos Humanos: analisando a trajetória dos direitos humanos após a redemocratização por meio da Análise de Conteúdo de Discurso. Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- SILVA, Danielle C. da (2016) A incidência das ONGs na agenda da política externa brasileira de direitos humanos: o caso do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Anais do 10º. Encontro da ABCP. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- SILVA, Elaini C. G. da (2016) Política Externa, Democracia e a Redefinição dos Limites do Político: demandas da sociedade civil pela regulação da política externa. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- SILVA, Magno K. (2016) O discurso da responsabilidade internacional na política externa brasileira (1995-2010) Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- THOMAZ, Lais F.; OLIVEIRA, Marcelo F. de (2012) A política de comércio internacional agrícola dos EUA: Interesses, instituições e informações. Anais do 8º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- TOSTES, Ana Paula Balthazar (2016) Reflexos da crise: reforma institucional e opinião pública na União Europeia – crise da UE, crise do euro, opinião pública na UE Anais do 9º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- VALE, Teresa C. de S. C. (2016) Os direitos humanos como realidade internacional e sua apropriação no discurso do executivo brasileiro (1995-2015). Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- VALENTE, Mario S. (2016) O papel dos movimentos sociais na constitucionalização dos direitos humanos como princípios da Política Externa Brasileira Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018
- VASCONCELLOS, Patrícia M. C.de (2012) Atuação das Empresas brasileiras: governança e segurança nos projetos de infraestrutura. Anais do 8º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- VASCONCELOS, Flavia N.; FILHO, Luiz Sérgio M. H. (2012) Desafios e Oportunidades para inserção internacional das cidades portuárias: o caso de Vitória/ES. Anais do 8º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.
- VIDAL, Camila F. (2016) “Extrema Direita”? O Nacionalismo Populista da Frente Nacional (FN) na França. Anais do 10º. Encontro da ABCP Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/>. Acesso em 3 de junho de 2018.